

A coleção “Vila Franca de Xira – Saber Mais Sobre...” será constituída, numa primeira fase, por dez livros, de edição bimestral.

#### Volumes que integram a coleção:

1. Feiras, Festas e Romarias  
EDITADO A 15 JANEIRO DE 2010
2. As Linhas Defensivas de Torres Vedras  
EDITADO A 30 ABRIL DE 2010
3. Gastronomia  
EDITADO A 01 JULHO DE 2010
4. Museus do Concelho  
EDITADO A 09 NOVEMBRO DE 2010
5. Património de Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga  
EDITADO A 25 FEVEREIRO DE 2011
6. Património de Castanheira do Ribatejo e Vila Franca de Xira  
EDITADO EM SETEMBRO DE 2011
7. Património de Alhandra, Cachoeiras, São João dos Montes e Sobralinho  
EDITADO EM OUTUBRO DE 2011
8. Património de Alverca e Calhandriz  
EDITADO EM JANEIRO DE 2012
9. História de Vila Franca de Xira
10. Instituições de Solidariedade Social

#### Preço de venda:

3.00 euros

#### Locais de venda:

Posto de Turismo, Museu Municipal e Museu do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira)

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA  
[www.cm-vfxira.pt](http://www.cm-vfxira.pt)

9



## Vila Franca de Xira SABER MAIS SOBRE ...



VILA FRANCA DE XIRA – SABER MAIS SOBRE ... História de Vila Franca de Xira



## História de Vila Franca de Xira

A coleção Vila Franca de Xira – saber Mais Sobre..., criada pela Câmara Municipal, dá corpo a um dos objetivos primordiais da autarquia, que é o de comunicar e educar, divulgando, os resultados das pesquisas efetuadas. A intenção é dinamizar, através dessas investigações, uma consciência patrimonial ativa, potenciando os recursos concelhios nessa área e o desenvolvimento local.

As atenções dirigem-se sobretudo para a divulgação da cultura local, erudita ou popular, muitas vezes só guardada até aí pela tradição oral, o espólio patrimonial edificado e a História de carácter identitário da região e das suas comunidades, capazes de interessar a diferentes tipos de públicos. São livros de fácil acesso e consulta, destinado a quem nos visita ou contacta.

As edições, basicamente informativas, abordarão temáticas variadas, das Feiras, Festas e Romarias aos museus, instituições relevantes da sociedade civil, equipamentos municipais ou espaços públicos de lazer, cultura e recreio. Em cada item a tratar será apresentada a sua raiz histórica e fornecidos os elementos facilitadores da orientação dos públicos que não conhecem o Concelho.

Vila Franca de Xira **SABER MAIS SOBRE ...**

# **História de Vila Franca de Xira**

## **Volume 9**

# FICHA TÉCNICA

**Título original**

Vila Franca de Xira – Saber Mais Sobre...  
História de Vila Franca de Xira

**Autor**

Oriando Raimundo

**Edição**

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira  
Praça Afonso de Albuquerque, 2  
2600-093 Vila Franca de Xira

**Coordenação Editorial**

O Correr da Pena – Comunicação,  
Marketing, Edições  
Praceta Capitão Américo dos Santos,  
7-2.ª Dt.ª  
2735-049 Agualva-Cacém

**Parceria**

O Correr da Pena – Comunicação, Marketing,  
Edições e Terra Branca, Comunicação Social,  
Lda.  
Rua 31 de Janeiro, 22  
2005-188 Santarém

**Apoio Documental**

Museu Municipal de Vila Franca de Xira

**Pesquisa**

José Alexandre

**Revisão**

Maria Manuela Alves

**Fotografia**

Cristina Novais, H. Dias, Júlio Moiguel Sampaio,  
R. Caetano, Rui Navarro, V. Cartaxo e Bancos de  
imagens do Arquivo Histórico Militar, Gabinete  
de Informação e Relações Pública da Câmara  
Municipal de Vila Franca de Xira, Juntas de  
Freguesia de Alverca, Vialonga e Vila Franca de  
Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira,  
Museu do Neo-Realismo, O Correr da Pena e  
Xira Foto.

**Paginação**

CMVFX/GGIRP

**Impressão**

Colibri – Artes Gráficas

1ª Edição: Janeiro de 2012

© O Correr da Pena e Câmara Municipal de Vila  
Franca de Xira, 2012

ISBN: 978-989-8254-14-6

Depósito Legal: 341 378/12

# ÍNDICE

07 Prefácio

## **PARTE I:**

### **A PRÉ-HISTÓRIA EM VILA FRANCA**

- 11 Primitivos atraídos pelo Tejo
- 12 Os Terraços Quaternários de Alverca e Castanheira
- 14 A Necrópole de Monte Serves
- 16 O Homem da Pedra Furada
- 18 As Jóias de Verdelha do Ruivo

## **PARTE II:**

### **OS POVOS IBEROS E A OCUPAÇÃO ROMANA**

- 23 Lusitanos no Monte dos Castelinhos
- 24 Herdeiros do Povo sem História
- 25 Villas romanas em Povos e Casal da Boiça
- 26 Mercadores na Travessa do Mercado
- 27 A Estrada de Adriano
- 28 Barcos romanos no Tejo
- 29 Culto da morte em Alverca, Póvoa e Vila Franca
- 30 Os imigrantes da Tribo Galéria
- 31 O sarcófago da menina de Castanheira
- 33 Povoado mercantil em Alverca

## **36 PARTE III:**

### **IDADE MÉDIA**

- 37 Povos germânicos em Vila Franca
- 38 Mouros no Senhor da Boa Morte
- 39 D. Afonso Henriques lidera expulsão
- 40 Cruzados fundam Vila Franca
- 42 D. Froila, a fidalga templária
- 44 Papa obriga povoadores a fugir
- 45 Igreja distribui privilégios entre si
- 46 A linha defensiva Alverca-Povos
- 47 A trágica batalha de Vialonga
- 48 D. Henrique e o casamento de D. Leonor

# ÍNDICE

## **PARTE IV: IDADE MODERNA**

- 53 Nobres e Igreja mandam em tudo
- 54 A partida de Bartolomeu Dias
- 56 Rainha recebe Colombo em Vila Franca
- 58 A terra tremeu em 1531
- 59 A expansão da fé no território
- 60 Modernidade traz desenvolvimento
- 61 Malefícios e vantagens do Terramoto de 1755

## **PARTE V: IDADE CONTEMPORÂNEA**

- 65 A revolução da Mala Posta
- 66 Vila Franca derrota Napoleão
- 68 Liberais no Palácio Garcez Palha
- 70 D. João VI instala-se em Vila Franca
- 72 A vitória do capitalismo agrário
- 74 A hora e a vez da Revolução Industrial
- 75 O carbonário de Vila Franca
- 77 Republicanos vencem tudo
- 78 Terra de grandes agrários
- 79 A oposição neo-realista
- 80 A greve de 1944 em Alhandra
- 82 O esconderijo secreto de Salazar
- 84: Anos 60: tragédia e contestação
- 85 Álvaro Guerra e a senha do 25 de Abril

## **87 BIBLIOGRAFIA**

## **89 CONTACTOS**

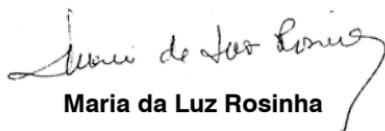
O nono Volume da Coleção de Guias “Vila Franca de Xira. Saber Mais Sobre...” convida-nos a fazer uma viagem pela História de Vila Franca de Xira, desde os tempos remotos da Pré-História à Idade Contemporânea.

O trabalho cuidado que tem vindo a ser realizado em Vila Franca de Xira, por parte de arqueólogos, historiadores e outros investigadores, muitos deles diretamente ligados ao Museu Municipal, tem permitido conhecer melhor a história da evolução da humanidade ao longo dos séculos, no nosso território. É incontornável a referência à Necrópole de Monte Serves e à presença dos romanos em Vila Franca de Xira, mas também à passagem dos Cruzados, o desenvolvimento da agricultura e da indústria, a implantação da República e mais tarde, a transição para a Democracia.

Cada um dos capítulos apresentados neste volume conta no fundo um pouco de uma História que é a de Vila Franca de Xira e do País, mas também a história de vida de muitas pessoas que, pelo seu percurso e pelo seu carisma, fazem parte da nossa cultura e da nossa identidade.

A complexidade e riqueza deste tema não permitem, numa publicação com estas características, aprofundar ao pormenor os muitos aspetos que caracterizam a evolução dos povos no nosso território. Mas é sem dúvida um excelente ponto de partida, ficando abertas as portas para todos quantos queiram saber mais sobre a nossa História.

A Presidente da Câmara Municipal  
de Vila Franca de Xira



**Maria da Luz Rosinha**



# PARTE I

## A PRÉ-HISTÓRIA EM VILA FRANCA



# PRIMITIVOS ATRAÍDOS PELO TEJO

Apesar de não ter sido ainda possível datar com rigor os mais antigos achados arqueológicos do concelho de Vila Franca de Xira, admite-se que os antepassados ancestrais do Homem tenham chegado à zona mais ocidental da Península Ibérica, e bem assim a esta região, vindos de África, há perto de um milhão de anos. A dificuldade em estabelecer um quadro definitivo do período Paleolítico não é um problema exclusivamente vila-franquense, nem sequer português, estendendo-se a toda a Península Ibérica. O fenómeno da descontinuidade presencial dos primeiros ocupantes do território, observado de resto em toda a Europa, é um dos principais obstáculos. Não obstante, sabe-se já que todas as culturas desse período, bem como do Mesolítico, se encontram representadas em Portugal. Esses homens primitivos, do grupo *Homo Erectus*, ter-se-ão fixado aqui atraídos pelo Tejo, que se estende, como é sabido, por mais de mil quilómetros, e agradados com a excelência do clima. O peixe do rio fornecia-lhes uma excelente base de alimentação, complementada com a carne dos animais que por aqui passavam e se deixavam caçar, e pelas frutas, vegetais, folhas e raízes, abundantes na época. Habitando nas cavernas que encontravam, o mais perto possível dos cursos de água, foram eles os primeiros homínidos a descobrir o uso e a utilidade do fogo e dos machados de pedra lascada. É possível que tenham ainda chegado a improvisar instrumentos em madeira. Mas a hipótese não está confirmada. O conhecimento do fogo fê-los descobrir rudimentos da arte de cozinhar e do prazer de comer (ver Volume 3 desta colecção: *Gastronomia*), ao constatarem que sempre que aproximavam um pedaço de carne do fogo ela fica mais saborosa e fácil de mastigar. O *Homo Erectus*, tal como o chamado Homem-de-Neandertal, que cronologicamente lhe sucedeu, era uma criatura de feições ainda simiescas, assumindo formas grotescas e muito pouca inteligência. É essa primitividade que explica que não tenham conseguido resistir e sobreviver à lei do mais forte e que as espécies tenham sido extintas – num caso como no outro. O *Homo Sapiens*, que marca a noção da espécie humana e a configuração do homem moderno, semelhante ao de hoje, só surgiu há 50 mil anos, o que não é muito, se considerarmos que a Idade da Terra está hoje estimada em 14.000 milhões de anos...

# OS TERRAÇOS QUATERNÁRIOS DE ALVERCA E CASTANHEIRA



Os terraços fluviais existentes nos cursos de alguns rios há muito que atraem a atenção dos arqueólogos portugueses, apresentando-se o estuário do Tejo, neste contexto, como um lugar muito especial. Nesse magnífico lençol aquático, que se estende a Sul do concelho de Vila Franca de Xira, onde o rio se mistura com o mar, foram localizados dois terraços quaternários, que guardavam numerosos instrumentos de pedra lascada – um em Alverca do Ribatejo e o outro em Castanheira do Ribatejo. O Terraço Quaternário de Alverca, o mais importante dos dois, situado entre esta povoação e Alhandra, terá sido habitado há 100 mil anos por caçadores primitivos. Aí foi descoberto um conjunto de jazidas, cujos materiais foram recolhidos e entre-

gues ao Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, para serem devidamente estudados, protegidos e conservados. O estudo desses materiais, entretanto realizado, prova que a ocupação dos terrenos junto do Tejo era já feita por homens primitivos, que por ali deambulavam, em busca de caça e pesca, deitando mão a tudo o que a Natureza oferecia. Esta formação geológica fluvial, que tem o seu ponto mais elevado na Quinta do Pinheiro, atravessa mesmo a actual freguesia do Sobralinho, que em tempos recuados esteve ligada administrativamente a Alverca. Ali, onde se configura um dos pontos mais elevados do concelho de Vila Franca de Xira, foi encontrado à superfície um conjunto de artefactos do Paleolítico, que confirmam a des-

# OS TERRAÇOS QUATERNÁRIOS DE ALVERCA E CASTANHEIRA



locação naquela zona de grupos de caçadores-recolectores. Num outro ponto da freguesia de Alverca do Ribatejo, conhecido por Tapada da Serra, perto do local onde se detectaram sinais residuais de um moinho circular, foram recolhidos outros objectos de sílex. No outro depósito aluvial junto ao rio, o Terraço Quaternário de Castanheira do Ribatejo, estavam depositados, nas terras baixas, outros materiais sedimentados do Paleolítico. Também na freguesia de Cacho-eiras foram encontrados sinais de presença humana nesse período, a avaliar pelos achados do Casal da Boiça. Entre o Carregado e Cadafães foi encontrado sílex lascado, maxilares de pequenos animais, dentes molares humanos e fragmentos de loi-

ça vermelha. A confirmação de que o território foi povoado desde a Pré-História foi dada pelo achado de artefactos diversos, hoje conservados no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Numa outra freguesia, São João dos Montes, nas imediações da Ermida de São Romão, num local caracterizado pelo seu difícil acesso, os arqueólogos localizaram um povoado pré-histórico. Foi descoberta uma grande quantidade de fragmentos de cerâmica, que se encontravam espalhados por uma vasta área, e um machado de pedra. Foram descobertos vestígios pré-históricos também, ainda que bem mais parcos, na Ribeira de Calhandriz, ao longo do curso de água paralelo ao caminho de terra batida que conduzia a Alverca.

# A NECRÓPOLE DE MONTE SERVES



A Necrópole criada em Monte Serves, junto à Serra da Aguieira, pelos primeiros habitantes da atual freguesia de Vialonga, no período do Neolítico Final, é uma curiosa demonstração da capacidade de improviso dos nossos antepassados pré-históricos. Os construtores do monumento fune-

rário megalítico, que decidiram sepultar ali, já quase no limite do concelho de Vila Franca de Xira, os seus mortos, tiraram um excelente partido do acidentado do terreno. É ainda perceptível o aproveitamento que fizeram das grandes pedras, que a Natureza caprichosamente tinha juntado.

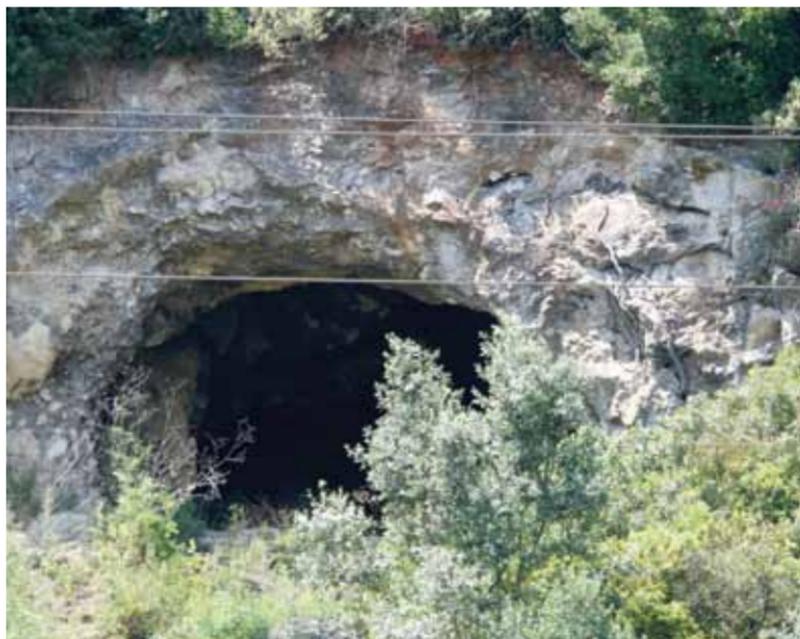
# A NECRÓPOLE DE MONTE SERVES

Quando foi descoberta, em 1972, pelos operários de uma pedreira de basalto, a necrópole estava sinalizada no exterior, talvez desde sempre, por um amontoado de pedras mais pequenas e terra. O interior do dólmen era servido por um corredor curto, sub-trapezoidal e quase simétrico, coberto por uma falsa cúpula. O facto de estar danificado, pela inevitável corrosão do tempo, e já incompleto, não impede que os sinais dessa abertura sejam, ainda hoje, visíveis. Apesar de o espólio encontrado ter sido quase nulo, percebe-se que os sepultamentos foram realizados em datas diferentes e cobertos sempre por lajes calcárias. O prolongamento da escavação permitiu depois concluir que a Necrópole de Monte Serves fazia parte de um conjunto mais amplo, dominado por um povoado pré-histórico, servido por uma gruta artificial e um silo. O sítio onde o habitat existiu veio mesmo a ser localizado, a curta distância dali, no lugar de Moita Ladra, entre Fortes e Boca da Lapa, no topo de uma chaminé vulcânica. A crença na vida para além da morte já existia na Pré-História, tendo sido o Homo Sapiens o primeiro a enterrar os mortos. Os corpos eram sepultados na posição em que tinham vindo ao mundo, enrolados sobre si mesmos, adornados com pinturas e “protegidos” por amuletos. A esperança na vida eterna decor-

ria, já nessa época, da observação do Sol, início de todas as religiões. Os primitivos acreditavam que podiam, à semelhança do Sol, nascer, viver, morrer e ressuscitar. Sepultavam por isso, junto aos cadáveres, objectos que ajudassem, no Desconhecido, ao regresso à vida. Numa alusão ao sangue e à caça, que lhes assegurava o alimento, os corpos eram pintados de encarnado, tal como ainda hoje, curiosamente, acontece com os restos mortais dos Papas da Igreja de Roma, envolvidos em tecidos vermelhos.



# O HOMEM DA PEDRA FURADA



Utilizadas como refúgio na pré-história, as Grutas da Pedra Furada, localizadas entre o Alto da Pedra Furada, que lhe deu o nome, e o Monte Gordo, são porventura um dos locais arqueológicos mais interessantes do concelho de Vila Franca de Xira. Apesar de já não se encontrarem completas, por terem sido parcialmente destruídas, já há muitos anos, pelo conjunto de pedreiras do Monte Gordo, mantém intactas a sua importância e o seu valor histórico. No interior de uma dessas formações de pedra calcária, que a Natureza acidentalmente criou, identificou em 1955 o mítico Hipólito Cabaço, um dos grandes pioneiros da arqueologia em

# O HOMEM DA PEDRA FURADA

Portugal, um espaço funerário colectivo e recolheu no seu interior grande quantidade de objetos, parte dos quais associados aos rituais da morte. É o caso da estatueta de um pequeno coelho em osso, ligado ao culto da fecundidade, e de um conjunto de contas, umas de cerâmica e outras de xisto e pedra verde. No decorrer tanto destas como de diversas outras escavações ali realizadas, foram descobertos muitos outros objetos interessantes, até do ponto de vista antropológico. O mais atrativo terá sido, porventura, o machado de pedra polida, com secção subcircular, mas sugiram também furadores de osso e lâminas de sílex, com e sem retoque. Instados pelo instinto de sobrevivência e autodefesa, os habitantes da gruta tinham tratado de conceber uns estranhos instrumentos triangulares minúsculos em sílex, com pontas convexas e bicôncavas, que se veio a revelar serem micrólitos, usados nos dardos, como arma de ataque. Os fragmentos mais impressionantes do conjunto serão, no entanto, os restos de um vaso e de uma taça campaniformes, pontilhada ao chamado Estilo Palmeira. A importância destes restos de recipientes está directamente relacionada com a sua alta qualidade. As peças campaniformes são consideradas pelos investigadores exemplares do que de melhor se produziu em cerâmica na pré-história. A beleza das decora-

ções já levou mesmo alguns arqueólogos a considerá-las peças de luxo, requintadas para a época. Datados do Neolítico final, os achados da Pedra Furada, que estão hoje conservados e protegidos no Núcleo-Sede do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, terão cerca de 5.000 anos.



# AS JÓIAS DE VERDELHA DO RUIVO

Na pedreira do Casal do Penedo, junto a Verdelha do Ruivo, em Vialonga, foi posta a descoberto uma gruta funerária natural, do Neolítico final, no interior da qual se detetaram sinais evidentes de mais de 40 inumações. A descoberta da necrópole, hoje incompleta, indiciava, conforme veio a provar-se, a existência nas proximidades de um povoado pré-histórico. E novas pesquisas conduziram à descoberta de um silo daquele período. A exumação dos objectos soterrados no interior permitiu várias descobertas importantes, a mais fascinante das quais foi a de um conjunto de três espirais de ouro, de tamanhos diferentes, enrolados em hélice ou em torcida sobre um objeto cilíndrico, cordel ou tira de cabedal. A espiral maior assemelha-se a um tubo cónico, com 60 milímetros de comprimento, com uma lâmina de ouro enrolada para servir de anel laminar. Acresce que as hélices, neste tipo de jóias pré-históricas, são raras e que o anel laminar é único em Portugal e talvez mesmo, suspeitam os investigadores, o único descoberto até agora em todo o mundo. As jóias de ouro de Verdelha do Ruivo provam, de forma definitiva, que a metalurgia primitiva existia. Submetidas ao teste do Carbono 14, relevaram uma idade que se situa entre 2.000 a 1.800 anos A.C. Os outros objectos encontrados na gruta são fragmentos de cerâ-

mica correspondentes a 55 vasos lisos, 23 ornamentos de tipo campaniforme, botões e lâminas de sílex, típicas do período da pedra lascada. As peças foram salvas, mas a gruta não, tendo o que dela restava sucumbido a uma derrocada recente. Os arqueólogos concluíram que as comunidades que ocuparam este local já conheciam a agricultura e já possuíam e cuidavam de rebanhos. A escolha das zonas altas, sobranceiras ao Tejo, para se instalarem, revela uma tendência, constatada noutros pontos elevados da região. Junto à Ribeira da Póvoa de Santa Iria, de um lado e outro da Autoestrada do Norte, onde foi detetada uma Estação Pré-Histórica, os arqueólogos recolheram um apreciável conjunto de objetos aguçados, feitos a partir de lascas de sílex. Os investigadores designam estes objetos, importantes para o estudo da presença humana naquele período, na região de Vila Franca de Xira, de mustierenses. A designação decorre do facto de ter sido a França o local onde, até agora, apareceram em maior quantidade. Ainda na zona da atual Póvoa de Santa Iria, apareceram também, nos lugares de Bragadas, Salvação e Casal da Serra, diversos artefactos do período Paleolítico. Na opinião de alguns arqueólogos, essa descoberta é um indício, ainda que não definitivo e categórico, de que esta pode

# AS PEDRAS DAS RIBEIRAS DA PÓVOA E SANTA SOFIA



ter sido uma das primeiras zonas do concelho de Vila Franca de Xira a serem habitadas. Também no vale da Ribeira de Santa Sofia, na freguesia de Vila Franca de Xira, foram encontrados outros importantes vestígios da presença humana, datados de finais da Idade do Bronze. O estudo dos objectos desenterrados nessas escavações, realizadas pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico (pelo Museu Municipal de Vila Franca de Xira) junto ao Bairro do Bom Retiro, apontam para a existência ali de um habitat na meia encosta.





## **PARTE II**

# **OS POVOS IBEROS E A OCUPAÇÃO ROMANA**



# LUSITANOS NO MONTE DOS CASTELINHOS

O povoado fortificado do Monte dos Castelinhos, em Castanheira do Ribatejo, foi um dos primeiros locais da região de Vila Franca de Xira a serem habitados pelos lusitanos. As primeiras escavações arqueológicas ali realizadas, há já vários anos, puseram de imediato a descoberto materiais de construção usados pelos romanos, que aqui chegaram no século II A.C., mas a conclusão de que o povoado fora fundado por eles era precipitada. O habitat tinha sido fundado muito antes disso, no primeiro milénio A.C. Para além desses materiais – tijolos de coluna e telhas cerâmicas de cobertura – foram ali encontrados pesos de tear, peças de cerâmica doméstica, uma lucerna usada na iluminação interior e uma aplicação metálica de mobiliário. O local, uma elevação sobranceira à Vala do Carregado, possui uma excelente localização estratégica, na passagem da lezíria para o interior, através da várzea do Rio Grande da Pipa. A chegada à Península Ibérica dos povos Iberos, de quem descendem os lusitanos, é muito anterior à invasão romana. As tribos ibéricas que aqui se tinham instalado 10 mil A.C. ainda no Neolítico, fundiram-se mais tarde, por volta de 6.000 A.C., com os celtas, povo indo-europeu originário da região meridional da actual Rússia, dando origem aos Celtiberos. Destes descendem directamente os Lusitanos, e mais de uma vintena de outras etnias, resultantes de outras tantas subdivisões. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, os Lusitanos não são no entanto antepassados de todos os portugueses mas, apenas, dos originários do Centro e Sul do País, e da Estremadura espanhola, ali cabendo naturalmente os vila-franquenses. Os portugueses do Norte são descendentes dos Galaicos, tribos igualmente celtas que se fixaram naquela região antes também da chegada dos romanos, espalhando-se também pela Galiza, Astúrias e parte de Leão. Os galaicos enfrentaram naturalmente o ocupante romano, anos a fio, mas acabaram subjugados, depois de derrotados na dura Batalha de Cale, na zona do actual Grande Porto. Com a metalurgia rudimentar já dominada, os guerreiros lusitanos forjam espadas, punhais e dardos de ferro, e lanças de arremesso de ponta de bronze, e enfrentam a Legião Romana. Antes de partirem para a luta de guerrilhas, em que eram particularmente hábeis, comiam a única refeição do dia e untavam os corpos com cinzas.

# HERDEIROS DO “POVO SEM HISTÓRIA”



A morte de Viriato, segundo o pintor espanhol José Madrazo, do século XIX

Considerados pelos historiadores mais exigentes como “um povo sem História”, pela escassez de vestígios relativos à sua existência que chegaram até aos nossos dias, os Lusitanos instalaram-se nas duas margens do Tejo, nunca indo além de Douro nem para lá do Guadiana. Aqui, na actual região de Vila Franca de Xira, terão procurado os terrenos mais elevados, inclinados para o Tejo, por onde circulavam em barcos feitos de couro e a partir de troncos de madeira. Conforme os romanos constataram inúmeras vezes, a coragem dos Lusitanos, comandados por Viriato, parecia não ter limites.

Só começaram a ceder ao ocupante romano a partir do Ano 139 antes de Cristo, na sequência do cobarde assassinato de Viriato, apunhalado enquanto dormia, por supostos homens da sua confiança, subornados pelo ouro romano. Sobre os Lusitanos haveria de escrever, numa mensagem enviada ao Imperador Augusto, o poderoso general Sérvio Galba, governador do Império Romano na Península, a célebre frase, tantas vezes repetida: “Encontrei, na parte mais ocidental da Ibéria, um povo muito estranho que não se governa nem se deixa governar”.

# VILLAS ROMANAS EM POVOS E CASAL DA BOIÇA

A Lusitânia é integrada no Império Romano no Ano 29 antes de Cristo, por Augusto, o primeiro Imperador, quinze anos depois do assassinato de Júlio César, que precipita o fim da República. Institucionaliza-se, a partir daí, a ocupação do território peninsular. As duas mais importantes Villas romanas da região de Vila Franca de Xira, são construídas pelos escravos já no século I, em Povos e em Casal da Boiça, um lugar hoje integrado na freguesia de Cachoeiras. Os dois núcleos habitacionais patrícios, servidos por boas explorações agrícolas, tiveram uma importância assinalável num período temporal que foi do século I ao século IV. A Villa de Povos, a maior das duas, possuía mesmo um porto, ao serviço dos mercadores romanos. Dentro do adro da Escola, que corresponde ao local onde a Villa foi erguida, os arqueólogos detetaram vestígios dos edifícios da área habitacional, com várias construções e horizontes de povoamento. As escavações trouxeram à superfície muitas moedas, ossos humanos, cerâmica, comum e de construção, e um fundo de ânfora, mate-

riais hoje conservados no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Abandonado pelos romanos em inícios do século V, o território da Villa de Povos viria a ser ocupado, muito mais tarde, já no século XVI, por um cemitério, que só foi desactivado no século XIX. Na Villa romana do Casal da Boiça, onde foi desenterrada mais uma moeda de prata, um denário usado como forma de pagamento corrente em todo o Império Romano, foram encontrados novos vestígios de telhas, tijolos e peças de cerâmica, e sinais reveladores da existência de trocas comerciais com o Norte de África.



# MERCADORES NA TRAVESSA DO MERCADO

A ocupação romana do espaço hoje abrangido pela cidade de Vila Franca de Xira não se limitou a Povos, conforme se prova pelos vestígios descobertos na Travessa do Mercado, da importação de produtos alimentares do Sul peninsular e de cerâmica fina do Norte de África. A análise dos objetos encontrados permite concluir não só que as trocas comerciais existiram, mas que os mercadores aqui se movimentaram ao longo dos séculos I, II e III. A existência das suas habitações foi confirmada pela exumação de fragmentos de telhas, tijolos e tijoleiras de pavimento. Fica assim demonstrado que existiram, ainda que sem a importância das Villas de Povos e Casal da Boiça, outros povoados romanos, noutros pontos do concelho. É o caso, desde logo, do Vale da Ribeira de Santa Sofia, não muito distante dali, onde os sinais apontam para a existência de uma exploração agrícola de pequena dimensão, nos séculos I e II.

A localização privilegiada do território e o fascínio do Tejo voltaram a ser, como já tinha acontecido com os habitantes primitivos, os elementos determinantes da fixação. São Romão (São João dos Montes), onde se encontrou uma lápide sepulcral e apareceram fragmentos de cerâmica comum e de construção, é um topónimo de origem romana. Tal como Vialonga, onde foi encontrado um mosaico. Os sinais da ocupação romana são perceptíveis em quase todas as freguesias do concelho. Calhandriz foi atravessada por uma via de ligação entre o vale do Tejo e o interior rural. Junto à Ponte da Couraça, na margem direita do rio Grande da Pipa (Castanheira do Ribatejo) apareceram pedaços de cerâmicas dos séculos I e VII e tijolos romanos usados em combustão, o que quer dizer que ali foi exercida atividade metalúrgica. E na quinta de Santo António de Bolonha (Póvoa de Santa Iria) há vestígios de uma necrópole.



# A ESTRADA DE ADRIANO

A Estrada de Adriano, que assegurava o acesso a Olisipo (Lisboa), pela actual Calçada de Carriche, foi um dos mais importantes legados da passagem dos romanos pela região de Vila Franca de Xira. Adriano, que governou o Império Romano de 117 a 138 e nesse período a mandou construir, desenvolveu uma política de grandes obras públicas muito aplaudida e contestada. Apesar de ter passado mais de metade do seu reinado fora de Roma, viajando pelo Império, nunca esteve na Lusitânia, ao contrário de Júlio César que aqui dirigiu campanhas militares de pacificação, chegando a governar diretamente o território durante algum tempo. A longa via romana, que deu nome a Vialonga, era na época a principal via terrestre de acesso a Lisboa, então chamada Olisipo. A estrada começava nos campos de Alvalade e terminava em Scallabis (Santarém). Em Alverca subdividia-se em duas, seguindo uma pelo extenso vale de Vialonga, Santo Antão do Tojal e Loures, e a outra em direção de Póvoa de Santa Iria, acompanhando o rio.



# BARCOS ROMANOS NO TEJO

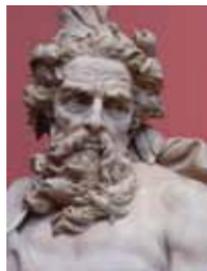
Se a Estrada de Adriano era a grande via terrestre de acesso a Lisboa, a grande via navegável era o Tejo, que se estende, como é sabido, por mais de mil quilómetros. Por ele chegavam e dele partiam todo o tipo de mercadorias, o que equivale a dizer que a atividade comercial era aqui já bastante intensa na época. Junto ao local onde existiu o porto da Villa romana de Povos, foram encontradas ânforas, originárias de vários pontos do Império, que foram para ali trazidas no porão dos navios romanos, repletas de vinho, azeite, cereais e conservas de peixe. Idênticos achados foram feitos no leito do rio, junto aos mouchões de Alhandra e da Póvoa (onde também apareceu uma lápide epigrafada), a confirmarem a importância desde sempre atribuída pelos historiadores à navegação romana no rio. Algumas dessas ânforas, encontradas por pescadores do arrasto no Mouchão do Lombo do Tejo, frente à lezíria, na zona do Marquês, e entre o Mouchão de Alhandra e as lezírias, podem ter-se desprendido de um navio romano naufragado no Tejo. A possibilidade de ter havido ali o naufrágio decorre do facto de essas ânforas terem sido recolhidas juntamente com pedaços de madeira, porventura pertencentes ao barco.



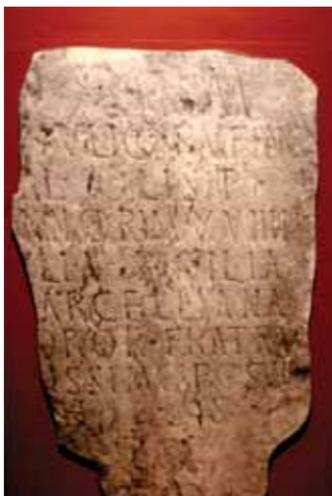
# CULTO DA MORTE EM ALVERCA, PÓVOA E VILA FRANCA

À semelhança do que já acontecia com o homem primitivo, os romanos acreditavam na possibilidade de uma outra vida para além da morte. A descoberta de uma Cupa e de uma Estela funerárias em Alverca e das lápides epigrafadas da Póvoa de Santa Iria, do Monte do Senhor da Boa Morte, em Vila Franca de Xira, e de São Romão, em São João dos Montes, são testemunhas em pedra desse culto. A Estela de Alverca, agora exposta na parede da Antiga Casa da Câmara, assinala o sepultamento de Marco Licínio Quadrato no século I, provavelmente em Olísipo, onde a peça foi encontrada. E a Cupa, que foi depositada no Núcleo de Alverca do Museu Municipal, regista a morte de Alfia Amoena, ocorrida em finais do século I ou inícios do século II, no local da descoberta, as antigas ruínas do Convento de São Romão. A construção dos túmulos em forma de pipa (cupa) simbolizava o vinho com que o defunto se iria deliciar no Além, no prolongamento tranquilo da devoção ao mais festejado de todos os deuses: o Baco dos excessos e das festas, por isso mesmo chamadas bacanais. Por seu lado, as lápides epigrafadas encontradas no Monte do Senhor da Boa Morte e na Póvoa são dedicadas aos deuses Manes, como se prova pelas iniciais D. M. neles gravadas. Os deuses Manes, que representavam para os romanos as almas dos falecidos, estavam ligados ao cul-

to da família, enquanto símbolo perfeito da confiança e lealdade. Surgidas também noutras freguesias de Vila Franca de Xira, as lápides funerárias fornecem, sempre, elementos relevantes para o conhecimento da ocupação romana do território. Nalguns casos, como os de Calhandriz e São João dos Montes, são mesmo os únicos testemunhos da passagem daquele povo por aqui, nos séculos imediatamente anteriores e posteriores ao início da Era Cristã.



Deuses Manes  
eram as almas dos mortos



# OS IMIGRANTES DA TRIBO GALÉRIA

A decifração das epígrafes das lápides romanas fornecem, em certos casos, informações curiosas sobre os cidadãos sepultados junto, como acontece com a Estela Funerária de Alverca, relativa a Marco Licínio Quadrato. Embora possamos especular se a personagem em causa era patrício ou militar da Legião Imperial, a epígrafe atesta que ele pertencia à Tribo Galéria. A Tribo Galéria era uma das 35 que formavam o corpo cívico romano e uma das preferidas dos Imperadores Júlio César e Augusto. Apesar de a maior parte dos seus membros residirem em Roma, havia imensos galérios inscritos na circunscrição administrativa de Olisipo, onde habitava o citado Marco Licínio Quadrato. A certeza disso advém do facto da Estela ter sido encontrada na ombreira de uma das portas de ferro da Cerca Moura de Lisboa, onde viria a ser aplicada pelos muçulmanos, no século VIII, como material avulso de construção. Só foi trazida para Alverca em 1764, depois da demolição da Cerca Moura, aquando da reconstrução da Antiga Casa da Câmara. Mercadores e militares, na sua maior parte, os galérios residentes na Lusitânia dedicava-se aos negócios do vinho e à comercialização do azeite.

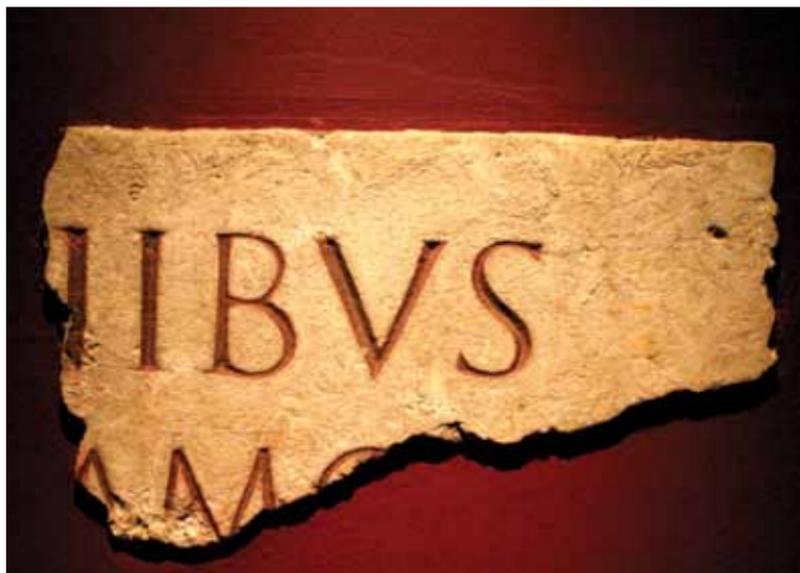
# O SARCÓFAGO DA MENINA DE CASTANHEIRA



O sarcófago de mármore branco da menina romana de Castanheira do Ribatejo, importado pela família patricia do Mediterrâneo Oriental, é um objeto escultórico do século III. A peça funerária esteve guardada durante séculos num dos retiros espirituais de Castanheira do Ribatejo – não se sabe se no Convento de Santo António ou no Convento de Nossa Senhora de Suberra – de onde foi retirado, em circunstância nunca esclarecida, provavelmente no início do século XX. A peça só foi localizada em Julho de 1944 por um jornalista do “Novidades”, que na edição de 25 de Julho revelava o facto, chocante, de o ter visto na varanda do prédio n.º 100 da Rua Serpa Pinto, em Vila Franca de Xira, a servir

de tanque de lavar a roupa e amarrar peixe. Tinha sido comprado trinta anos antes pelo inquilino da casa da varanda, a uma mulher de Castanheira do Ribatejo, que juntou ao pacote, para arredondar a conta, umas cadeiras velhas que por lá tinha. O conjunto – sarcófago e cadeiras – tinha sido retirado, inexplicavelmente, de um dos referidos conventos. O impacto da notícia fez com que o sarcófago fosse comprado, em Março do ano seguinte, pelo director do Museu Etnológico Leite de Vasconcelos, pagando por ele o Estado três mil escudos. Hoje, classificado como objecto histórico de interesse nacional, está exposto no Museu Nacional de Arqueologia. A datação da peça foi feita a par-

# O SARCÓFAGO DA MENINA DE CASTANHEIRA



tir da observação do penteado da menina e dos elementos decorativos. O arqueólogo José Cardim Ribeiro admite como provável, afirma, no catálogo da Exposição Religiões da Lusitânia, que a peça, tradicionalmente considerada uma produção escultórica do oriente mediterrânico, tenha sido concebida “numa oficina ocidental, provavelmente itálica”. Os arqueólogos batizaram-na de Sarcófago das Vindimas, interpretando deste modo o significado báquico da composição, que alude implicitamente a uma outra vida para além da morte. A forma de cuba de vinificação é complementada pelos elementos decorativos, de que se destacam parras e cachos de uvas na face principal e nas laterais.

No retrato, esculpido já na Lusitânia no interior de medalhão que lhe serve de moldura, assente num vaso, a menina veste uma túnica pregueada, sem mangas, presa aos ombros por duas fíbulas. Os cabelos, em bandos, estão atados na nuca. Nas ramagens que saem do vaso aparecem pequenos cupidos, cestas de vindimas, aves, coelhos, cobras, escorpiões, lagartos, caracóis e gafanhotos. O sarcófago é pequeno, como é normal tratando-se de uma criança, medindo um metro e dezoto centímetros de largura, 38 centímetros de altura e quase 48 de comprimento. A face escondida é lisa, uma vez que foi concebido para ser encostada à parede.

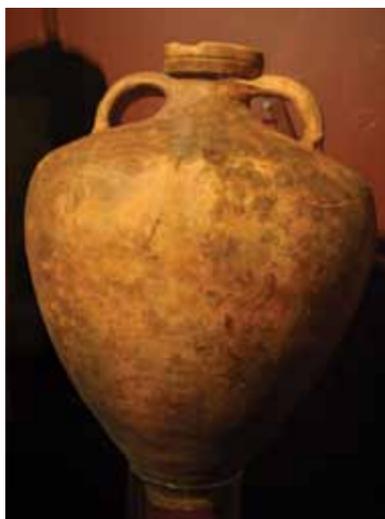
# POVOADO MERCANTIL EM ALVERCA

O cruzeiro romano encontrado em 1924 em Alverca do Ribatejo, no perímetro do antigo castelo, prova que a movimentação de pessoas e mercadorias era já ali razoavelmente significativa, na época da ocupação romana. A descoberta do Marco Miliário do Açougue Velho, assim chamado por ter sido encontrado na Travessa do Açougue Velho, é a demonstração da hipótese, várias vezes formulada por historiadores e arqueólogos, de que Alverca foi uma povoação romana com alguma importância.

A colocação pelos romanos dessas colunas, fabricadas a partir da rocha local e que fosse de melhor acesso, à beira das principais estradas e calçadas, assinalando distâncias de mil passos (1.450 metros, aproximadamente) era uma chamada de atenção aos viajantes. Neste caso, quem circulava na via Olisipo-Scalabis ficava a saber que se aproximava de uma povoação com actividade mercantil relevante.

As vantagens comparativas de Alverca com outros pontos da região de Vila Franca de Xira decorriam, sobretudo, da excelência da sua situação geográfica, tanto no que se referia às ligações terrestres como marítimas. A proximidade da Estrada de Adriano, principal via romana de acesso terrestre ao interior da Península Ibérica, e a proximidade do Tejo, justificavam o papel de destaque. Na altura da prospecção arqueo-

lógica foi igualmente encontrado, a servir de lixeira, um Silo Medieval, aberto na rocha, que funcionou até ao século XVII, época em que foi abandonado.





# PARTE III

**IDADE MÉDIA**



# POVOS GERMÂNICOS EM VILA FRANCA

A queda do Império Romano do Ocidente, no Ano 476, que marca o início da Idade Média, abre caminho na Península Ibérica ao avanço dos povos germânicos – suevos, visigodos, vândalos e alanos. Deposto o último imperador de Roma, Rómulo Augusto, num golpe de Estado desencadeado e executado por mercenários ao serviço dos bárbaros, a vez deles chegara. Julga-se possível que, ao mesmo tempo que os romanos abandonavam a Villa de Povos, os suevos instalavam-se em Calhandriz, já que a própria palavra “Calhandriz” é de origem sueva. Originário da Germânia (uma vasta área da Europa que abrangia os territórios actualmente ocupados pela Alemanha, Áustria, Suíça e parte da Rússia e da Ucrânia) o primeiro destes povos fundou em Portugal o primeiro reino medieval europeu, com capital em Braga. O denominado Reino Suevo da Gallaecia manteve a sua independência durante cerca de duzentos anos, acabando por perder a soberania para os visigodos, na sequência de divisões internas e insanáveis disputas pela sucessão do trono. Calhandriz não é a única povoação vila-franquense, e muito menos portuguesa, acerca da qual persiste até hoje um grande desconhecimento sobre o período que se seguiu à saída dos romanos. Isso acontece em muitas outras regiões do país, a pontos de ser já considerada uma das grandes lacunas da historiografia portuguesa. E o mesmo acontece com o período que antecede a Reconquista Cristã, não só aqui, mas em toda a Península. Da presença dos visigodos na região de Vila Franca de Xira foi descoberta, em Castanheira do Ribatejo, uma moeda em ouro. A valiosa peça, entretanto roubada e provavelmente vendida a um colecionador, era um Triente, cunhado em Mértola, onde já no período romano se fabricava dinheiro, por volta do Ano 607, no reinado de Viterno, o Pio. Ao longo de toda a Idade Média, Vila Franca de Xira foi apenas um dos quatro concelhos existentes, sendo os outros Povos, Alverca e Alhandra.

# MOUROS NO SENHOR DA BOA MORTE

A estrutura defensiva construída há mais de mil anos no Alto do Monte do Senhor da Boa Morte, sobranceiro a Povos, é um dos grandes legados da passagem dos mouros pelo território de Vila Franca. O outro terá sido a arte de domar os cavalos selvagens, e bem assim de lidar com os touros, incorporada na tradição dos campinos. Oriundos do Noroeste de África, estes povos de cultura e religião islâmica invadiram e ocuparam o reino visigótico em 711, deixando marcas indeléveis da sua passagem. Os nomes das freguesias de Alhandra e Alverca, e dos lugares de Alpriate e Alfarrobeira, na freguesia de Vialonga, não deixam margem para dúvidas. As paredes das habitações do interior da fortaleza moura do Senhor da Boa Morte, construídas em finais do século IX, eram, tal como o pano da muralha, que possuía uma torre na sua face exterior, construídas com terra argilosa. Uma parte da muralha é, no entanto, já do período da reconquista, a provar que o local voltou a ser habitado nos séculos XII e XIII, quando Povos já tinha Foral, por comunidades medievais cristãs. No cemitério medieval aí descoberto, foram identificadas 17 sepulturas de adultos, escavadas na rocha e dispostas em três fileiras paralelas.

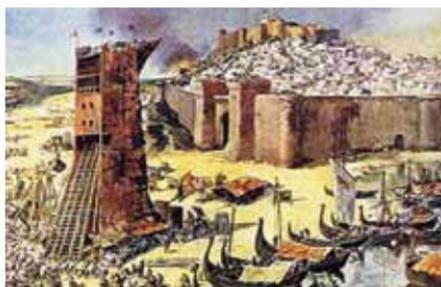


# D. AFONSO HENRIQUES LIDERA EXPULSÃO



Os mouros permaneceram em território português mais de quinhentos anos, só tendo começado a ser expulsos de forma sistemática e definitiva em 1135. Foi nesse ano que D. Afonso Henriques, que quatro anos depois viria a autoproclamar-se rei de Portugal, iniciou a cruzada interna, com a fundação do Castelo de Leiria. A fundação dos castelos criava uma guarda avançada, de importância vital, o que levou, por exemplo, que um castelo tivesse sido erguido no Alto do Monte Gordo. Os povos peninsulares nunca se submeteram inteiramente ao invasor muçulmano, organizando bolsas de resistência que se

mantiveram até à sua expulsão total. A mais poderosa de todas elas tinha-se acantonado nas Astúrias, onde os visigodos, chefiado pelo rei Pelágio, lançaram o rastilho daquilo que viria a ser a Reconquista Cristã da Península. Moviam-nos, sobretudo, o fervor religioso, assente na fé cristã, que fazia da luta contra os “infiéis”, um combate civilizacional. A reconquista dos territórios, conseguida passo a passo, era celebrada com toques de trombetas e desfraldar de bandeiras. A expulsão definitiva dos mouros de Portugal concluiu-se em 1249, com a conquista definitiva do Algarve, por D. Afonso III, antes de Espanha o fazer. A presença dos mouros no país vizinho foi bastante mais prolongada, tendo-se mantido até 1492, ano em que os Rei Católicos, Fernando e Isabel, conquistaram o Reino de Granada, fazendo-os recuar para o Norte de África.



# CRUZADOS FUNDAM VILA FRANCA



Após a conquista de Santarém e Lisboa, em 1147, o território a Norte do estuário do Tejo começou a ser habitado por cristãos e por um grupo de cruzados ingleses, da armada que tinha ajudado D. Afonso Henriques a conquistar Lisboa aos mouros. As terras, a que o rio adicionava um valor excepcional, foram-lhes doadas pelo rei, como recompensa, tal como aconteceu com a Vila de Cira. E o mesmo aconteceu no lugar de Sobralinho. A circunstância de D. Afonso Henriques ser filho de um cruzado francês ex-

plica a ligação e a generosidade do fundador da nacionalidade. Seu pai, D. Henrique, tinha vindo para a Península Ibérica precisamente para apoiar o rei de Leão, Afonso VI, no combate contra os infiéis e recebido como prémio o Condado Portucalense e a mão da filha do monarca, D. Teresa. Usando dos privilégios concedidos, os cruzados ingleses trataram de tentar fazer surgir aqui uma povoação virada para as actividades mercantis, onde não se pagavam impostos nem portagens, seguindo o modelo das feiras francas,



# CRUZADOS FUNDAM VILA FRANCA



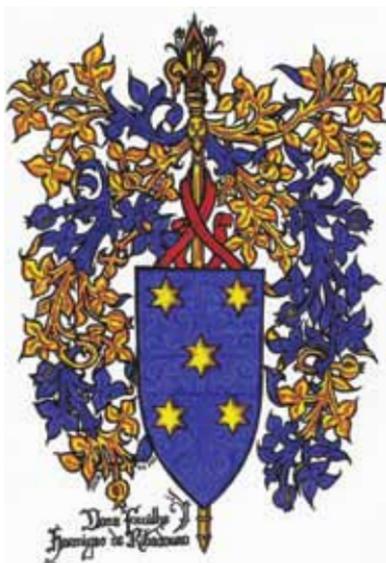
já em vigor noutros pontos da Europa. Assim nasceu Vila Franca. A livre circulação de pessoas e bens estimulou timidamente o comércio, mas o povoamento ficou aquém do desejável, retardando o lançamento das bases de uma economia consolidada. Passados cerca de cinquenta anos os ingleses decidiram regressar às origens, e devolveram a posse das terras à Coroa, deixando a missão parcialmente por cumprir. Confrontado com esse facto, o filho e sucessor de D. Afonso Henriques, D. Sancho I, fez nova doação, por volta do ano 1200, desta vez a um grupo de cruzados flamengos, liderado por D. Raulino. Mas estes acabaram também por partir, ao fim de seis anos, criando novo embaraço ao rei.



# D. FROILA, A FIDALGA TEMPLÁRIA

Preocupado com a partida dos cruzados flamengos e o relativo fracasso das primeiras tentativas de povoamento, D. Sancho I, chama à Corte em 1206 D. Froila Hermiges de Ribadouro, nora do Rei de Leão e Infanta de Leão e Castela, para com ela resolver o problema. O objetivo político do sucessor de D. Afonso Henriques, apostado na mesma causa do pai, era garantir, através do povoamento, a segurança da região do Vale do Tejo, sujeita ainda naquela época aos ataques dos mouros. A Carta Foral dada em 1195 aos habitantes do Castelo de Povos, que então integrava a aldeia de Castanheira do Ribatejo, já tinha tido essa preocupação. A chamada de D. Froila Hermiges à Corte destinava-se a fazer-lhe a entrega das terras de Vila Franca, para que as povoasse em condições e a defesa da zona ficasse reforçada. O rei complementou a outorga com a doação da Herdade de Cira, demarcada a Sul de Povos, no local onde agora se situa o Bom Retiro. A fidalga, que veio a revelar-se a personagem feminina mais marcante da história medieval de Vila Franca de Xira, agradeceu a honraria, desenvolveu os povoados e, sete anos depois, em 1212, entregou foral a Vila Franca de Xira, unindo as duas povoações. Assegurava-se assim o futuro da região. Filha de Hermígio Mendes de Ribadouro, Governador de Penafiel e Senhor de Parada, e

de D. Sancha Pires de Braganção, Froila era já uma das mais poderosas fidalgas da época. Nascida em Penafiel, em data incerta, era neta de Cristina Gonçalves, segunda mulher de Meno Moniz, irmão de Egas Moniz, o aio de D. Afonso Henriques. Os cruzamentos fidalgos faziam dela prima do Rei de Portugal e descendente dos Reis de Leão e Castela. A pertença a duas das cinco linhagens mais importantes do recente reino de Portugal, explica, de resto, a escolha e o chamamento de D. Sancho I. Depois de ficar viúva do segundo filho de D. Fernando II, rei de Leão, a sobrinha-neta de Egas Moniz viria a tornar-se templária, fac-



Brasão de D. Froila  
Símbolo templário exposto no Museu Municipal

# D. FROILA, A FIDALGA TEMPLÁRIA

to inédito e irrepetível na História medieval da ordem iniciática. Esse acontecimento, que tem intrigado certos historiadores e a generalidade dos pretensos investigadores independentes, explica-se em grande parte pela circunstância simples, mas repetidamente omitida, de D. Afonso Henriques ser, além de seu familiar, ele próprio templário. Os Templários eram, de facto, uma Ordem fechada, que não aceitava mulheres, mas que neste caso, absolutamente excepcional, quebraram

a regra. A iniciação foi realizada em 1214, no Templo de Fonte Arcada, junto a Penafiel, a primeira casa dos Templários em Portugal. Não é assim de estranhar que em 1228 a fidalga tenha entregado “em nome de Deus”, como fez questão de sublinhar, a freguesia de Vila Franca de Xira aos seus “irmãos da Milícia Templária”. A Milícia dos Pobres Cavaleiros de Cristo, que deu origem à Ordem dos Templários, tinha sido criada em finais de 1119 em Jerusalém, por nove cavaleiros ocidentais.



# PAPA OBRIGA POVOADORES A FUGIR

Quase um século depois de terem levantado colunas em Jerusalém, em 1203, os templários foram acusados pelo Papa de terem espoliado Constantinopla das suas relíquias, e excomungados, facto que parece não ter perturbado D. Froila. Alguns deles, no entanto, haveriam mesmo, por isso, de serem queimados mais tarde nas fogueiras da Inquisição, à ordem do Papa francês Clemente V. Vila Franca não foi a única povoação da região a pertencer aos Templários. São João dos Montes e Granja de Alpriate, em Vialonga, foram-no também, durante quase duzentos anos. Essas terras tinham-lhes sido doadas também por D. Afonso Henriques. Convém lembrar que nem todos os cruzados eram templários. A Ordem do Templo era uma organização elitista e muito minoritária, a que só tinham acesso certos cavaleiros. Os lanceiros, por exemplo, que formavam a parte mais substancial dos exércitos formados para combater os mouros, eram cruzados mas não templários. A perseguição papal acabou com a Ordem iniciática. Quando São João dos Montes foi elevada à categoria de freguesia (estima-se que tal tenha ocorrido em 1320, a par da fundação da quinta e do morgadio de Bulhões (Bulhaco) por Fernão de Bulhões), há já algum tempo que os templários andavam fugidos. Depois da dissolução da obediência, Vila Franca e as outras povoa-

ções foram integradas na Ordem de Cristo, e, anos mais tarde, absorvidas pela Coroa portuguesa. Com o correr do tempo e o assoreamento dos canais que asseguravam o funcionamento do porto romano de Povos, esta povoação foi perdendo importância e sendo progressivamente substituída por uma Vila Franca cada vez mais desenvolvida. O conceito passou assim, naturalmente, a englobar, ainda na Idade Média, as freguesias de Santa Maria de Xira, Santa Maria da Assunção de Povos e Santa Maria de Alcamé.



Papa Clemente V

# IGREJA DISTRIBUI PRIVILÉGIOS ENTRE SI

A fatura do envolvimento do Papa e da Igreja, materializado no desempenho vitorioso dos cruzados cristãos, não demorou a chegar. Depois da expulsão dos mouros, muitas das terras deixadas desertas foram entregues à Igreja, para que cuidasse de as repovoar. Uma delas foi a então chamada Herdade de Alhandra, que o segundo Bispo de Lisboa, D. Soeiro Gomes, decidiu oferecer, em Abril de 1203, aos elementos do clero que quisessem mandá-la e cultivar. O excesso de privilégios e regalias concedidas a esses novos senhores da terra era tal que o povo ficou sujeito, desde logo, a um duro regime de opressão, que viria a perdurar até finais da época medieval.

Só em Janeiro de 1480, no culminar das contradições internas da Igreja, que marcaram a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, os altos privilégios da Igreja foram moderados, por decisão do Cardeal D. Jorge da Costa, que fez um acordo com o Senado da Câmara, restringido as prerrogativas dos arcebispos. A Póvoa de Santa Iria nasceu também assim, em 1348, na Quinta da Piedade, onde foi demarcado um latifúndio, com olival, vinha e pomar e instituído o Morgado da Póvoa. A decisão foi tomada por D. Vicente Afonso Valente, cónego da Sé de Lisboa e apoiante de Mestre de Avis na Revolução de 1383/85, em benefício de seu irmão Lourenço Afonso Valente, escudeiro do rei.



# A LINHA DEFENSIVA ALVERCA-POVOS



A transformação operada em Vila Franca por D. Froila, que criou na terra inculca áreas produtivas, avançou por etapas. No início desse processo, o território era usado ainda como zona de caça por D. Dinis. A povoação tornou-se mais tarde, sucessivamente, pertença do Padroado Real, da Comenda da Ordem de Cristo e da Casa dos Marqueses de Arronches, num crescendo de importância. O seu prestígio era já elevado em Agosto de 1433, como ficou demonstrado pela decisão de fazer passar por aqui – e aqui mandar parar – o cortejo fúnebre de D. João I, a caminho do Mosteiro da Batalha. Alverca, que é já mencionada como concelho num documen-

to datado de 1338, da chancelaria de D. Afonso IV, obtém pouco tempo depois o seu castelo, e bem assim o seu povoado, neste período, tal como Alhandra, Estes dois castelos, aliados ao de Povos, formavam uma linha defensiva com um excelente posicionamento estratégico, que permitia observar as movimentações no Tejo. Cachoeiras regista no mesmo período os seus primeiros habitantes, no povoado do chamado Alto da Igreja Velha, alguns dos quais terão sido assalariados dos proprietários de uma quinta ali existente. E o nome de Vialonga surge pela primeira vez no séc. XIV, época em que o topónimo Vila Franca de Xira se começa a popularizar.

# A TRÁGICA BATALHA DE VIALONGA

Vialonga foi palco em 1449 da Batalha de Alfarrobeira, o dramático acontecimento que custou a vida ao infante D. Pedro, quarto filho de D. João I e Dona Filipa de Lencastre. Este homem viajado e esclarecido, que lançou os Descobrimentos na costa Ocidental da África, foi vítima de uma intriga palaciana. A trama foi urdida pelo Duque de Bragança, D. Afonso, pelo Arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, e pelo Conde de Ourém. Tio bastardo de D. Afonso V, o Duque de Bragança, convenceu o jovem rei, com a cumplicidade do prelado, que D. Pedro, seu tio e sogro, que tinha sido Regente do Reino durante a sua menoridade, entre 1439 a 1448, lhe queria tirar o poder. Tanto bastou para que Afonso V o afastasse da Corte, forçando-o a retirar-se para os seus territórios de Coimbra. A declaração de guerra ocorreu quando D. Pedro impediu a passagem do duque com os seus homens armados pelo seu ducado, quando se dirigia à Corte. O rei, que o tinha mandado chamar, acusou o tio e sogro de deslealdade e avançou com as tropas para Coimbra. Durante o trajecto, as tropas reverteram a sua marcha e foram instalar-se em Santarém. Constataram que não possuíam os meios necessários para cercar a cidade de Coimbra. Os dois exércitos defrontam-se no dia 20 de Maio de 1449 em Vialonga, junto à Ribeira de Alfarro-

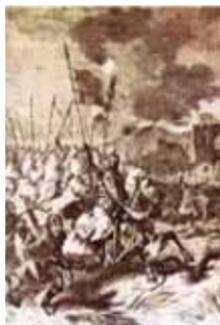
beira, já muito perto de Alverca, no local onde hoje funciona uma empresa cervejeira. Ferido de morte logo no início da batalha, D. Pedro (57 anos) foi esquartejado e deixado em pedaços a apodrecer no chão durante três dias. O cadáver mutilado foi depois levado para a Igreja de Alverca, onde permaneceu seis anos, só tendo sido trasladado para o Mosteiro da Batalha em 1455, a pedido de sua filha, D. Isabel, mulher de Afonso V. Os seus partidários desde logo considerados traidores, viram os seus bens serem confiscados.



Infante D. Pedro



D. Afonso V



Batalha de Alfarrobeira

# D. HENRIQUE E O CASAMENTO DE D. LEONOR

Inteirado de que a morte de D. Pedro, nas circunstâncias em que ocorreu, tinha feito baixar imenso a sua popularidade, D. Afonso V decidiu fazer do casamento de sua irmã, D. Leonor, com o Imperador da Alemanha, Frederico III, um acontecimento memorável. Para reconquistar a simpatia do povo, o rei mandou realizar, em Outubro de 1451, exhibições de animais e homens exóticos, trazidos de África, representações teatrais, cortejos, touradas e matanças de porco, com distribuição gratuita da carne. Vila Franca foi o local escolhido para o Infante D. Henrique receber e entreter os embaixadores de Frederico III, o barão austríaco Jorge de Volrestorf e o cônego de Augsburg, Ulderico Riedrer, até que o rei os mandasse chamar. Os diplomatas, que tinham entrado em Portugal por Valença, atravessaram Barcelos, Porto, Coimbra, Batalha e Alcobaça, antes de chegarem a Vila Franca. O casamento viria a realizar-se em Lisboa, por procuração, no dia 9 de Agosto de 1451, e

da união da princesa portuguesa com o imperador alemão surgiu a Casa dos Habsburgo, de onde descendem todos os membros da família imperial austro-húngara, incluindo o imperador Carlos V, que acabará também por casar com uma infanta portuguesa. O último grande acontecimento medieval da História da região é a elevação a vila de Castanheira do Ribatejo, em 1452, por D. Afonso V. O ano seguinte marca simbolicamente o fim da Idade Média, como refere o



Infante D. Henrique



Frederico III

# D. HENRIQUE E O CASAMENTO DE D. LEONOR

investigador ribatejano Fernando Pereira Marques, do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. A datação corresponde à tomada de Bizâncio (actual Istambul) por Mehmed II, à frente de 100 mil soldados otomanos, e a consequente Queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente. Entre nós, esse ano de 1453 fica assinalado pelo nascimento de Afonso de Albuquerque, construtor do Império Português no Oriente. A historiografia portuguesa refere que o 2.º vice-rei da Índia nasceu em Alhandra, numa propriedade designada por Quinta do Paraíso. Todavia, ainda não se conseguiu provar, até hoje, que a Quinta do Paraíso onde está fixada a placa que anuncia o local do seu nascimento, à saída de Alhandra, no caminho para Vila Franca de Xira, seja a mesma Quinta do Paraíso-



D. Leonor



Afonso de Albuquerque



# PARTE IV

## IDADE MODERNA



# DOMINVS

per gratia re dei Rey de portugal  
et de algarves daque et dalem  
mar e africa. Sicut de guine et  
da coquina et nauegaci et comer  
cio de ethiopia arabia yhu et u  
inova re. Ad quos esta nostra carta  
de fidal vne dato a anno la villa  
de villa franca. q. anemo. Salve



# NOBRES E IGREJA MANDAM EM TUDO

A região de Vila Franca de Xira inicia no século XV um processo de desenvolvimento a duas velocidades, que irá prolongar-se no tempo, demarcando desde logo, litoral e interior. A Casa Real, a Igreja e as famílias mais ilustres da nobreza da época escolheram para si as terras férteis da margem Norte do Tejo. Povos e Castanheira do Ribatejo, que em 1420 se tornaram propriedade dos Ataídes, cresceram bastante a partir daí, e sobretudo no século XVI, à sombra da sua influência. O prestígio da família fidalga cresceu sobretudo a partir de 1532, ano em que o título de Conde da Castanheira foi atribuído ao filho de D. Álvaro, D. António Ataíde, por D. João III. A Póvoa de Santa Iria adopta, no século XVI, a designação de Póvoa de D. Martinho, em louvor do seu fundador, D. Martinho Vaz de Castelo Branco Valente, Conselheiro de D. João II. Alverca torna-se propriedade das capelas de D. Afonso IV. Alhandra é gerida e explorada até ao século XVIII pelos sucessivos Arcebispos de Lisboa, passando depois disso a ser administrada directamente pelo Patriarcado. E Vila Franca, que no século XVI passa, juntamente com Vialonga, da Ordem de Cristo para os bens da Coroa, é a freguesia que mais evoluiu e mais depressa. Instaladas mais no interior, Calhandriz, Sobralinho (então denominada Sobral), São João dos Montes e Cachoeiras progrediram, por isso, de modo muito mais lento. E Forte da Casa só virá verdadeiramente a ganhar importância no início do século XIX. A circunstância de se posicionar no centro das comunicações marítimas e terrestres é o elemento determinante do acelerado progresso de Vila Franca de Xira. As lezírias, campos económicos de excelência na produção de trigo, milho e cevada, e territórios magníficos de caça e criação de gado, tornaram-se o coração deste pujante corpo económico. A elas se juntam Vialonga, como abastecedora de frescos e azeite à capital, Alhandra, fornecedora de frutas e mais legumes, e Povos, com os seus cereais e vinhos, sobretudo. Ao mesmo tempo que o número de atafonas, moinhos de vento, azenhas e lagares se vai multiplicando, a pesca do sável, linguado e falaça nas águas generosas do Tejo, desenvolve mais uma área de comércio. E as feiras francas de Alhandra e Alverca e Vila Franca, que se institucionalizam ao longo de três dias e vão aumentando de popularidade e importância, tornam-se os centros de todas as trocas.

# A PARTIDA DE BARTOLOMEU DIAS

Os Descobrimentos Portugueses, em que os estaleiros de Povos e o porto de Vila Franca de Xira vieram a ter papel de relevo, por circunstâncias inesperadas, assinalam de forma espetacular o início da Idade Moderna entre nós. Foi aqui que foi construída, no Verão de 1487, a armada que levou Bartolomeu Dias a dobrar o Cabo da Boa Esperança, forçando a passagem que mais tarde conduziu à Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. A ordem para que a armada fosse construída em Povos partiu diretamente de D. João II, apostado em evitar os contágios e as consequências do surto de peste negra que tinha sido detetado em Lisboa. A epidemia de 1487 foi

a vigésima de uma dramática série, sendo que a doença entrou em Portugal no Outono de 1347. D. João II já tinha mandado limpar as canalizações e organizar os imundos vazadouros públicos, onde os vírus e as bactérias se multiplicavam, mas os maus hábitos de higiene, muito diferentes dos praticados nos nossos dias, estavam generalizados entre a população. Atribuía-se aos judeus, vindos do resto da Europa, através da Espanha, a propagação da doença, que se manteve em Lisboa até final do século. Nessa época, não havia só portos em Povos e Vila Franca, mas também na Póvoa de Santa Iria, Alverca e Alhandra. Era a partir deles que se asseguravam as



# A PARTIDA DE BARTOLOMEU DIAS



ligações com Lisboa e o Alentejo, sobretudo, embora também com outras regiões do país. O Tejo comunicava nessa altura com afluentes e cursos de água mais para interior, navegáveis todos eles. Isso explica que só em Alverca houvesse três portos, na desembocadura de três esteiros. O rei observou diretamente algumas fases dos trabalhos de construção da frota de Bartolomeu Dias, nas oficinas de construção naval de Povos, e acompanhou pessoalmente os preparativos da partida. A partida das águas do Tejo fez-se frente a Vila Franca, em Agosto de 1487. Foi já no ano seguinte que Bartolomeu Dias atravessou o Golfo da Guiné e forçou a passagem para o

Oceano Índico, cumprindo a missão que lhe fora confiada. A viagem de regresso terminou em Dezembro de 1488, na Praia do Restelo, em Lisboa. Entre a multidão que esperava a caravela de Bartolomeu Dias destacava-se a figura de Cristóvão Colombo. A Expansão Marítima Portuguesa, precedida da conquista das praças africanas de Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, foi uma continuidade e consequência do complicado processo da Reconquista Cristã.

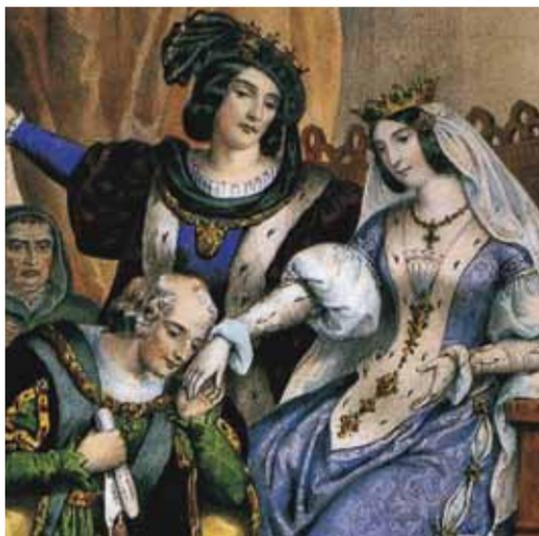
# RAINHA RECEBE COLOMBO EM VILA FRANCA

A rainha D. Leonor de Lencastre, prima e mulher de D. João II, viveu por largos períodos de tempo em Vila Franca de Xira, entre 1484 e 1495, o ano em que o rei morreu em Alvor, no Algarve, vítima de envenenamento criminoso. Mandou instalar os seus aposentos no Convento de Santo António de Castanheira, construído ao longo do século XV, no alto da serra, no lugar de Loja Nova. D. Leonor recolheu-se ali pela primeira vez no Convento de Vila Franca em 1484, após o assassinato de seu irmão, D. Diogo de Lencastre, às mãos do próprio D.

João II, contra quem tinha tido a ousadia de conspirar. É por isso provável que D. João II tenha passado também curtos períodos de tempo no convento, fazendo companhia à rainha, mas a hipótese carece de fundamento.

O Convento de Santo António beneficiou bastante da presença da rainha, que no início de 1493 mandou fazer as obras que introduziram os elementos arquitectónicos ainda hoje visíveis apesar do estado de degradação.

Aí recebeu a rainha a seu pedido, no dia 11 de Março de 1493, Cristóvão Colombo, que no ano ante-



Colombo diante da rainha, numa gravura do séc. XIX

# RAINHA RECEBE COLOMBO EM VILA FRANCA

rior tinha descoberto a América, ao serviço dos reis espanhóis. O futuro rei de Portugal, D. Manuel I, irmão de D. Leonor, que na altura ostentava ainda só os títulos de Duque de Beja e Viseu e era Grão-Mestre da Ordem de Cristo, foi convidado a assistir ao encontro. Tal como o Marquês de Vila Real, D. Pedro de Menezes.

O encontro de Cristóvão Colombo com D. João II, organizado a seu pedido, ocorre dias depois, não muito longe dali, em Vale Paraíso, no termo de Santarém, na presença de D. Martinho de Noronha, seu grande amigo, que o acompanha na viagem rio acima. No decorrer da conferência, que se prolonga por dois dias, o navegador põe o monarca ao corrente do que se passa em Espanha e pede-lhe conselho sobre o que fazer.



Aproveita a deslocação para conhecer Castanheira do Ribatejo, Cachoeiras, Alverca e Alhandra, onde se encontra com D. João de Menezes, na altura Prior do Crato, pernitoando ambos no Palácio dos Albuquerque, de que só restam vestígios.

# A TERRA TREMEU EM 1531

No dia 26 de Janeiro de 1531 os sinos tocaram descontroladamente em Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo, sacudidos pelo violento sismo que atingiu a região de Lisboa, destruindo parcialmente a cidade e lançando o pânico no Ribatejo e Alentejo. D. João III, que se encontrava em Benavente, fugiu de imediato para Azeitão. Desde 7 de Janeiro que as populações, assustadas com os primeiros abalos, dormiam vestidas, para poderem fugir depressa. O terramoto, seguido de duas réplicas de grande intensidade, com epicentro entre Vila Franca de Xira e Azambuja, fez 30 mil mortos, equivalentes a quase um terço da população de Lisboa. A justificação do fenómeno como Castigo de Deus, fomentada pela ignorância popular, foi aproveitada pelos franciscanos de Santa-

rém para um violento ataque aos judeus. Nas preleções que se seguiram, os frades disseram que Deus estava furioso por muitos judeus terem iludido a ordem de expulsão de D. Manuel I e permanecido em Portugal. Em sua defesa ergueu-se Gil Vicente, denunciando a tentativa de aterrorizar os crentes, em carta dirigido ao rei. Talvez por isso, e por D. João III ter sido um crente fervoroso, o dramaturgo tenha acabado nas fogueiras da Inquisição, conforme recentemente se descobriu. A Ermida de Nossa Senhora dos Tojos, em Castanheira do Ribatejo, uma das construções mais antigas da região, foi totalmente destruída pelo terramoto. Mas os danos em Lisboa foram muito maiores, afetando o próprio Palácio Real, no Paço da Ribeira, o Castelo de S. Jorge, a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos.

# A EXPANSÃO DA FÉ NO TERRITÓRIO

A força das ideias fez também sentir os seus efeitos no século XVI. Liderados por Martinho Lutero, os protestantes lançaram em toda a Europa um movimento contra o baixo nível moral do clero e o celibato religioso. Liderada pelos Reis Católicos de Espanha, a resposta conservadora introduz diversas alterações na vida monástica. Enquanto o Papa excomunga Lutero, extinguem-se as Ordens religiosas mais problemáticas e criam-se outras. A primeira em Portugal surgiu em 1520, através do Conde de Castanheira do Ribatejo, D. Fernando de Ataíde. Alinhado com D. João III e o Papa Leão X, o fidalgo manda erguer o Convento de Nossa Senhora de Subserra, para acolher as freiras franciscanas, dando início a um ciclo de grandes construções religiosas. O movimento da Contra-Reforma prossegue com o Papa Paulo III, que convoca o Concílio de Trento. É nesse momento que o Cardeal D. Henrique, Arcebispo de Lisboa, funda a Igreja Matriz de Alhandra, no local onde existira a Ermida de Santa Catarina. Segue-se a construção em Alverca do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, dos frades Carmelitas Calçados, e a fundação, ordenada em 1576 por D. Sebastião, da Ermida do Mártir Santo, em Vila Franca de Xira. Os desejos de expansão da fé católica levam os reis portugueses a ordenarem e apoiarem outras



Antigo Convento de Nossa Senhora de Subserra

iniciativas. Surge em Vila Franca de Xira a Ermida do Senhor da Boa Morte, na Quinta da Verde-lha do Ruivo, em Alverca, a Capela de Nosso Senhor Jesus Cristo Crucificado, e na Quinta de Santa Maria, em Vialonga, o Convento de Nossa Senhora dos Poderes, das freiras de Santa Clara. Já no final do século, em 1590, é erguido na Quinta da Capacharica, no Sobralinho, o Mosteiro dos Frades Antoninos, por ordem de D. Francisco de Sousa, filho de um conde protegido pelos Filipes de Espanha, que então usurpavam a coroa portuguesa.



D. João III

# MODERNIDADE TRAZ DESENVOLVIMENTO



A expansão do Império Colonial Português, consolidada nos primórdios da Idade Moderna, tem consequências benéficas para a região, que inicia um surto de desenvolvimento que haverá de prolongar-se pelos séculos XVII e XVIII. Em Vila Franca de Xira, onde a urbanização galga os limites do primitivo núcleo medieval, é edificado o pelourinho e o chafariz e são alteradas as zonas baixas e a área ribeirinha. As mudanças abrangem naturalmente Povos, com Foral definitivo desde 1510, onde a Villa romana dá lugar a um cemitério. Na foz dos três grandes esteiros de Alverca do Ribatejo (o principal junto do aglomerado urbano, e os outros dois em Adarce e Ramilhes), navegáveis nesse período, constroem-se portos. A produção de azeite, trigo e centeio é mais do que suficiente para as necessidades da população, aumentando ainda mais depois da fundação da Quinta do Cochão, próximo de Adarce, e da Quinta da Bran-

doa, entre A-dos-Potes e Arcena. E nas águas do Tejo apanha-se peixe e recolhe-se sal em abundância. Tudo quanto não é consumido ali, segue rumo a Lisboa, através do rio, em barcos carregados de mercadorias e passageiros. Alhandra possuía já mais de 600 habitações familiares em 1666 e a vaga de desenvolvimento abraça Castanheira do Ribatejo, onde D. António de Ataíde, amigo pessoal de D. João III, recebe o título de Conde; São João dos Montes, onde o Capitão das Índias, Diogo da Veiga, funda em 1633 a Quinta de Subserra; e Vialonga, onde é criada a Quinta dos Mogos. Em 1729, D. João V apadrinhou a criação em Povos da primeira fábrica de curtumes. O privilégio é concedido ao comendador João Mendes de Faria, acompanhado de uma generosa isenção alfandegária. A Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos, assim chamada, progride depressa, ocupando durante muito tempo uma posição de destaque na produção nacional.

# MALEFÍCIOS E VANTAGENS DO TERRAMOTO DE 1755

Vila Franca de Xira voltou a ser fustigada pelo violento Terramoto de 1755, que destruiu outra vez grande parte da cidade de Lisboa, mas os efeitos não foram só negativos, uma vez que apesar deles acabou por beneficiar com a tragédia. Na fuga desordenada que se seguiu, alguns nobres optaram por acampar na região, apesar de tudo mais segura, onde acabaram por comprar terras e construir palácios. A população, que se ficava pelos quatro mil habitantes, aumentou em pouco tempo, com a contratação de trabalhadores. Os vestígios dessas quintas fidalgas, algumas das quais dotadas de residências requintadas, são ainda hoje visíveis, sobretudo na zona de Vialonga. O terramoto destruiu, ainda assim, a primitiva Igreja Matriz de Vila Franca de Xira, que possuía vários altares; o Fontanário e o Marco do Morgado da Póvoa, construí-

dos pouco tempo antes no local onde hoje existe o jardim do terminal rodoviário, na Rua da República; e a primitiva Casa da Câmara de Alverca, do século XVI. Vila Franca era então administrada pela Marquesa de Pombeiro, D. Pelágia Teresa Agostinho de Almada, viúva do alcaide, falecido dez anos antes. Os setores mais conservadores da Igreja diziam que o sismo era castigo de Deus, por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de D. José I, criticar a leitura da Bíblia e haver portugueses tão liberais como os franceses.





# PARTE V

## IDADE CONTEMPORÂNEA

VILLA FRANCA DE XIRA

Estação do Caminho de Ferro



# A REVOLUÇÃO DA MALA POSTA

A entrada em funcionamento do centro de comunicações da Mala Posta na Vala do Carregado, em 1758, antecipa de forma notável a passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea em Vila Franca de Xira. Ao tornar-se ponto de partida das diligências que seguem para as Caldas da Rainha, Coimbra e o Porto, o lugar assegura à freguesia de Castanheira do Ribatejo uma importante centralidade. O tráfego dos passageiros e do Correio, trazidos de Lisboa numa barca da Companhia de Vapores do Tejo, opera-se aqui ao longo de cem anos. Só em 1856, com a inauguração do troço de linha férrea Lisboa-Carregado, o primeiro a ser construído no país, as carruagens puxadas a cavalos começaram a ser substituídas pelo comboio. Aberto o caminho do desenvolvimento e do progresso, as alterações sucedem-se. Vila Franca de Xira absorve primeiro o concelho medieval de Povos, em 1836; depois, em 1837, o de Castanheira do Ribatejo; a seguir, em 1855, os concelhos de Alhandra e Alverca; e por último, em 1886, a freguesia de Vialonga, até aí pertencente aos Olivais. O novo concelho assume por esta altura o controlo administrativo das Lezírias do Tejo, onde a exploração agrícola e a actividade pecuária se multiplicam. A última freguesia a ser integrada é Póvoa de Santa Iria, o que viria a acontecer já em 1926. A economia funciona ainda em bases muito tradicionais quando Vila Franca é elevada à categoria de baronato. Às primeiras migrações internas, dos Varinos de Ovar, que aqui começam a chegar em meados do séc. XVIII, juntam-se os Murtoseiros, especialistas da pesca à enguia, e mais tarde os Avieiros, imortalizados na obra de Redol. A agricultura e as actividades comerciais delas decorrentes ocupam, no essencial, os setores produtivos da população local. Mas começa a notar-se já, a princípio muito cautelosamente, o surgimento de outros setores empresariais de negócio, iniciados com o fabrico de telha, do tijolo e do azulejo industrial. As barracas coloridas dos pescadores e as embarcações alinhadas nas margens, junto ao rio, imprimem um colorido único, poético e marcadamente tradicionalista, às zonas ribeirinhas do Tejo. Mas um novo futuro começa a desenhar-se. A Idade Contemporânea instalará no concelho de Vila Franca de Xira o capitalismo agrário e a industrialização, fazendo-o passar por transformações enormes.

# VILA FRANCA DERROTA NAPOLEÃO



Invadida pelos exércitos de Napoleão, a região de Vila Franca de Xira resistiu e, ao fazê-lo, reconquistou para Portugal o respeito devido ao mais antigo Estado-Nação da Europa. O Imperador da França, que queria anexar o Velho Continente e construir um novo Império, mandou invadir Portugal em Novembro de 1807. A recusa de D. João VI, que uma semana depois embarcava para o Brasil, em aderir ao bloqueio naval à Inglaterra, justificou a investida. A coberto da Aliança Anglo-Lusa, os almirantes e marechais ingleses substituíram-se à família real, e puseram em marcha um plano para travar Napoleão. A localização estratégica de Vila Franca, capaz de impedir a chegada dos franceses a Lisboa, inspirou a construção dos fortes que vieram a constituir as Linhas de Torres. O conjunto de fortificações foi construído em sigilo pe-

los soldados, com a ajuda do povo, entre 1809 e 1812, segundo as instruções dos engenheiros militares portugueses e ingleses, que souberam tirar partido das elevações naturais do terreno. Calhandriz acolheu o Reduto Novo da Costa da Freira e o Reduto da Serra do Formoso; Forte da Casa criou a segunda linha defensiva, que seguia pelas serras de Serves, Fanhões e Chipre, através do Cabeço de Mon-



# VILA FRANCA DERROTA NAPOLEÃO

tachique, até à foz do Rio Safarujó; e no alto de Alhandra foi construído o Forte da Boa Vista, com domínio sobre os vales. Em Vialonga surgiram os Fortes da Aguieira e da Boca da Lapa; em Cachoeiras, perto do Casal da Boiça, um torreão; e em A-dos-Loucos cavaram-se trincheiras. A vitória do exército luso-inglês nas Linhas de Torres, em 1811, que provocou 300 mil baixas do lado de cá, representou para Napoleão uma humilhante derrota, que haveria de precipitar a sua queda. Antes de retirarem, os franceses saquearam e queimaram tudo o que puderam, deixando um gigantesco rasto de destruição no país e provocando 300 mil mortos. A recuperação levaria muitos anos a fazer.





# LIBERAIS NO PALÁCIO GARCEZ PALHA

entregar de novo o poder ao rei, instalou-se durante algum tempo, provisoriamente, em Vila Franca de Xira, no Palácio Garcez Palha. Aqui terá começado a ser delineado aquele que era o seu grande objetivo: a elaboração de uma Carta Constitucional, que acabasse com o poder absoluto do rei. Pressionado pelos ingleses, que temiam o alastramento das ideias liberais, D. João VI regressa aflito a Portugal em 1821, deixando no Brasil o filho mais velho, D. Pedro, que no ano seguinte declara a Independência da colônia. Duas semanas depois, a 23 de Setembro de 1822, é solenemente aprovada a primeira Constituição Portuguesa, que o rei irá falsamente jurar, por oportunismo.



Execução de Gomes Freire de Andrade



Manuel Fernandes Tomáz



Gomes Freire de Andrade



Revolução de 1820

# D. JOÃO VI INSTALA-SE EM VILA FRANCA



D. Miguel à chegada a Vila Franca



D. João VI



Ao contrário de D. João VI, sua mulher, D. Carlota Joaquina, e o filho D. Miguel, recusam-se a jurar a Constituição de 1822 e colocam-se à cabeça do movimento absolutista, apoiados pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Carlos da Cunha e Menezes, que assume idêntica posição. O contra-golpe reacionário rebenta em Vila Franca de Xira a 27 de Maio de 1823. Ao parar na povoação, a caminho da região fronteiriça de Almeida, onde deveria combater o levantamento conservador do Conde Amaranthe, o Regimento de Infantaria 23 amotina-se, toma conta da vila e assume-se a favor do Absolutismo, apelando ao regresso ao trono de D. João VI. A ocasião é aproveitada por D. Miguel, que no dia seguinte avança para Vila Franca, à frente de um esquadrão de cavalaria, instalando-se no Palácio dos Sousas. Os habitantes de Vila Franca de Xira, que tinham grande admiração

# D. JOÃO VI INSTALA-SE EM VILA FRANCA

por D. Miguel, por ser grande aficionado e corajoso a enfrentar os touros, aderiram de imediato. A Vilafrancada, como fica conhecido o golpe de Estado, consolidou-se cinco dias depois, a 31 de Maio, com a chegada de D. João VI, escoltado pelo Regimento de Infantaria 18. Acolhido pelo Conde de Suberra, Pamplona Corte-Real, o rei permanece em Vila Franca de Xira até 5 de Junho. Dando o dito por não dito, renega a Constituição que jurara, dissolve o parlamento, manda exilar os liberais e restaura o poder régio absoluto. O Conde de Suberra foi também premiado, com a nomeação para o cargo de Ministro da Guerra, onde no entanto não chegou a permanecer um ano. E numa homenagem ao palco da reviravolta, o monarca mudou o nome da terra para Vila Franca da Restauração, mas o rebaptismo não pegou, durando muito pouco tempo.



D. Carlota Joaquina



D. Miguel

# A VITÓRIA DO CAPITALISMO AGRÁRIO



Companhia das Lezírias

O confronto entre liberais e conservadores não mais terá fim e acabará por desencadear a Guerra Civil de 1828-1834. Antecipando-se às tentativas de restabelecer a Constituição de 1822, D. Miguel, instrumentalizado uma vez mais por Carlota Joaquina, manda encarcerar nos calabouços do Castelo de S. Jorge e da Torre de Belém, a 30 de Abril de 1824, um grupo de suspeitos de pertencerem à Maçonaria. Entre os detidos está o próprio Intendente-Geral da Polícia e, ainda, o Duque de Palmela, ministro do Reino, e o Visconde de Santa Maria. A Abrilada, como fica conhecida a manobra, acaba no entanto mal para D. Miguel. Pressionado pelo Corpo Diplomático, que o esconde num navio de guerra ancora-

do no Tejo, D. João VI demite o filho da chefia do Exército e manda-o exilar em Viena de Áustria. A morte de D. João VI em 1826 instala de novo a confusão. O herdeiro do trono, D. Pedro, já Imperador do Brasil, assume o poder uma semana (com o título de Pedro IV), promulga nova Constituição liberal e abdica a favor da filha menor, Maria da Glória (futura D. Maria II). Atento e oportunista, D. Miguel, ainda no exílio, pede a sobrinha em casamento e ensaia o golpe palaciano. Nomeado Regente, na menoridade da mulher, jura a Constituição de 1826, sem a mínima intenção de a respeitar e dois anos depois, em 1828, tira o poder à mulher e faz-se coroar rei absoluto. Mas os partidários de D. Pedro

# A VITÓRIA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

não acatam a decisão da Corte e iniciam a guerra civil, que vencem, proclamando de novo D. Maria II como rainha em 1834. Apesar do clima de confronto e instabilidade política que se prolonga por mais algum tempo, a vitória das ideias liberais neste segundo quartel do século XIX provoca alterações profundas na sociedade portuguesa. A nobreza tradicionalista e ultra-conservadora começa a ceder lugar a uma burguesia rural mais dinâmica e ambiciosa. É neste contexto que é constituída, em 1836, a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, o maior latifúndio criado pelo liberalismo. Encarada como uma grande federação de proprietários, semelhante a um sindicato agrícola de produção, a Companhia das Lezírias instala o capitalismo agrário na região de Vila Franca de Xira.

A iniciativa traz consigo todas as vantagens da grande produção latifundiária, por contraponto à miséria económica das pequenas explorações agrícolas, mas também os problemas laborais e os inconvenientes decorrentes da sua dimensão. O balanço acabou por ser altamente positivo, em termos económicos. Ajustada às modernas tendências, a exploração fez crescer a produção de trigo, cevada, milho e legumes, em paralelo com uma multiplicação acentuada da criação de gado. A Igreja também sofre com a mudança. O regime liberal hostiliza o clero e extingue diversas ordens religiosas. É o que acontece com o Convento de Nossa Senhora de Suberra, em Castanheira do Ribatejo, embora este se mantenha em funcionamento até à morte da última freira, em 1873.



Ruínas do Convento de N.ª Sr.ª de Suberra,  
Castanheira do Ribatejo

# A HORA E A VEZ DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Caladas as armas, uma nova revolução, agora pacífica, começa a alastrar na região de Vila Franca de Xira, com a instalação das primeiras indústrias. O início da circulação de comboios entre Lisboa e o Carregado, na segunda metade do século XIX, é o elemento determinante da mudança. Os empresários percebem que podem beneficiar imenso com a linha férrea e investem. Indiferente ao que se passa, a nobreza ociosa mantém as zonas de caça e lazer. No Paço do Sobralinho, o Duque da Terceira acolhe a Corte e a alta burguesia, frequentadora também do Palácio do Conde do Farrobo, nos limites de Vila Franca de Xira. Em Castanheira do Ribatejo e na Póvoa, os Marqueses de Abrantes partilham com outros fidalgos os prazeres das Quinta da Esperança e da Senhora da Piedade. E em São João dos Montes possuem as reuniões mundanas de Condes e Marqueses nas Quintas de Subsera e do Bulhaco.

Herdeiro de uma grande fortuna, o 2º Barão de Quintela, proprietário do Palácio do Farrobo, que já explorava a Companhia das Lezírias, fundou a Fábrica de Produtos Químicos da Verdelha (Alverca) e a Fábrica de Fiação de Sedas do Convento de Santo António em Vila Franca de Xira. Na Póvoa de Santa Iria, o Visconde de Vila Maior funda em 1859 a Fábrica da Póvoa, também de produtos químicos, e dez anos depois surge a Companhia de Moagens de Santa Iria. Alhandra acolhe em 1892 uma fábrica de tecidos de linho e juta e outra de fazendas de lã, na Quinta da Figueira. Dois anos depois é aí fundada a Fábrica de Cimentos Moreira Rato, antecessora da actual Cimpor. A industrialização mudou a face do concelho e alterou profundamente a sua geografia humana, estimulando o crescimento das ideias republicanas e fazendo emergir movimentos operários, reivindicativos e politizados.



# O CARBONÁRIO DE VILA FRANCA

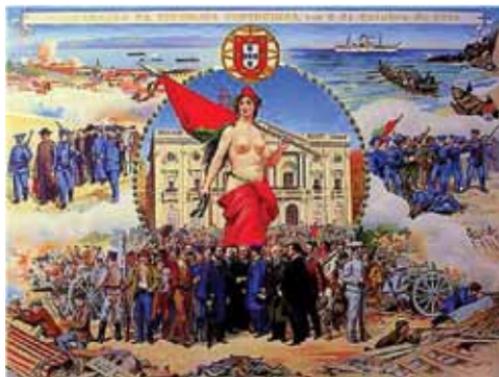
A República foi proclamada espontaneamente em Vila Franca de Xira, ao fim da manhã de 5 de Outubro de 1910, pela multidão reunida no Largo das Mercês à espera de notícias do Golpe de Estado. Um homem chegado esbaforido de Lisboa, em cima de uma bicicleta pasteleira, gritou “Caiu a Monarquia” e um “Viva a República” ecoou na praça, como um berro. A História não regista o nome desse fantástico maratonista sobre rodas, tal como tem sido ingrata com muitos dos heróis da Revolução Republicana. Um deles é o médico vila-franquense João Gonçalves, que desencadeou um conjunto de ações, a maioria das quais clandestinas, sem as quais a rebelião poderia não ter tido sucesso.

Agitador republicano desde que entrou para a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, João Gonçalves tornou-se, aos 23 anos, dirigente da Maçonaria Académica, a organização secreta e clandestina que deu origem à Carbonária. A criação da frente armada foi antecedida da publicação do Manifesto Republicano Académico, em Março de 1897, de que foi um dos principais redatores, em parceria com o seu colega de curso José da Ponte e Sousa, alentejano de Barrancos.

O Manifesto, que destilava ódio contra a Monarquia e os Ingleses, no rescaldo do Ultimato de 1891, justificou a criação da Junta Revolucionária Académica, que

dava cobertura legal às atividades clandestinas. Um dos seus subscritores é Luz de Almeida, um bibliotecário-arquivista maçom, então com 30 anos, que não tinha qualquer ligação à universidade e que viria pouco depois a liderar a Carbonária e organizar o Regicídio de 1908.

Da Maçonaria Académica faziam também parte Henrique Caldeira Queirós e Carlos Amaro, que em 1911 haveriam de ser eleitos, com João Gonçalves e Luz de Almeida, deputados à Constituinte; e os futuros ministros Rodrigo Rodrigues (Interior e Instrução Pública, 1913) e Rodolfo Xavier da Silva (Estrangeiros, 1919 e

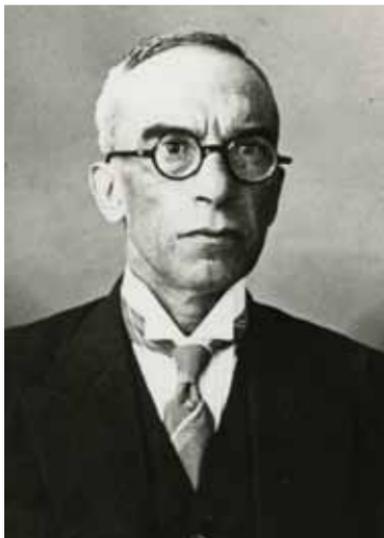


# O CARBONÁRIO DE VILA FRANCA

1930, Trabalho, 1924 e Instrução, 1925). A organização secreta, que recrutava os estudantes de Lisboa para a luta contra a Monarquia, foi extinta em 1899, para dar origem à Carbonária Portuguesa.

Ordem iniciativa para-maçónica, que a partir de Itália se propagou à França, a Portugal e ao Brasil, a Carbonária foi a organizadora não só do Regicídio mas, também, da insurreição armada de 4 de Outubro de 1910, influenciando directamente a sublevação das unidades militares de Lisboa, que participaram no derrube da Monarquia. Chegou a congregar 30 mil homens. Sem ela, não teria havido República em 1910.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte de 1911, João Gonçalves, o médico de Vila Franca de Xira, foi um dos autores da primeira Constituição Republicana. Mais tarde, já em 1920, foi ministro da Agricultura durante 24 dias, o tempo que durou o 21º Governo Republicano, liderado pelo Engenheiro António Maria da Silva. Faleceu em 1956, com a idade de 82 anos.



# REPUBLICANOS VENCEM TUDO

Herdeiro e continuador do Partido Republicano Português de Afonso Costa e José Relvas, que abriu caminho ao 5 de Outubro, o Partido Democrático é a única formação política organizada no concelho de Vila Franca de Xira no período que se segue à queda da monarquia. A designação é enganosa, sugerindo uma alteração ideológica que não existiu. Apesar da mudança de nome, o Partido Democrático é, em boa verdade, o mesmo Partido Republicano da Revolução. Não é por isso de estranhar que ganhe todas as eleições em que participa, durante toda a I República, não apenas em Vila Franca mas a nível nacional. A sua identificação com o novo regime é total, não deixando grande margem de manobra às restantes formações políticas. A participação eleitoral dos cidadãos é porém, muito reduzida nesse período, em consequência do analfabetismo, que afecta 70% da população, e do facto de as mulheres não poderem votar. O voto feminino só foi autorizado em Maio de 1931, e mesmo assim com restrições. O concelho de Vila Franca, que no decorrer dos anos da I República tinha cerca de 20 mil habitantes, metade dos quais em idade adulta, só registava mil recenseados. Os jovens eram já então os cidadãos que mais desinteresse mostravam pela política. A instalação em Alverca, em 1918, do Parque de Material Ae-

ronáutico, é um acontecimento muito importante, num cenário de grandes dificuldades. O envolvimento de Portugal na I Guerra Mundial, que os republicanos nunca conseguiram explicar, tinha criado dificuldades acrescidas a uma população já empobrecida. Os bens essenciais, que escasseavam, foram racionados e a miséria aumentou. Ao longo dos quase 16 anos que durou, a I República teve 45 governos, passando por oito eleições gerais e outras tantas presidenciais. Essa convulsão, que fez dele o mais instável regime parlamentar da Europa ocidental, abriu caminho à ditadura militar.



# TERRA DE GRANDES AGRÁRIOS

A Ditadura Militar instaurada pelo Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, que haveria de colocar no poder Salazar e instituir o regime autoritário do Estado Novo, foi justificada pela necessidade de restabelecer a ordem política e social, num Portugal à beira da bancarrota. A estabilidade política foi, assim, imposta à força e assegurada à custa da repressão, o que haveria de estimular a resistência. No Verão de 1932, quando se realiza pela primeira vez a Festa do Colete Encarnado, Vila Franca de Xira é uma terra de grandes propriedades e abastados senhores da terra. A festa, assumidamente elitista, justificada com a necessidade de financiamento para os bombeiros voluntários, é mandada realizar por iniciativa do grande proprietário rural José Van Zeller Pereira Palha, administrador político, financeiro e cultural do concelho. O programa não se limitava à Festa Brava nem ao desfile dos campinos a cavalo, incluía jantares de acesso reservado, onde atuavam os mais famosos fadistas da época, de Amália a Alfredo Marceneiro, passando por Carlos Ramos e Maria Teresa de Noronha, todos amigos da família Pereira Palha. Atraídos pelo trabalho nas grandes propriedades, começam a chegar aos poucos a Vila Franca camponeses pobres das zonas rurais do Alentejo, Beiras e Trás-os-Montes, que de início aceitaram trabalhos sazonais, na mon-

da e na ceifa, mudando depois de profissão. Em resultado dessas migrações, a população residente, já engrossando por varinos e avieiros, foi crescendo. Juntando o útil ao agradável, o criador do Colete Encarnado cria em 1934 uma Feira Anual de Gados, no espaço do Mercado Municipal, por ele disponibilizado. Ali se encontram criadores e negociantes de cavalos, toiros, vacas e carneiros, alimentados na lezíria, do outro lado do rio, onde as pastagens são boas. E à tarde há corrida de toiros na Praça Palha Blanco.



José Van Zeller Pereira Palha

# A OPOSIÇÃO NEORREALISTA

Em meados dos Anos 30 irrompe no concelho de Vila Franca de Xira o movimento neorrealista, que viria a afirmar-se a nível nacional, nos campos da literatura, das artes plásticas e do cinema, associado a opções ideológicas hostis ao Estado Novo. A motivação, tanto estética como política, assentava na exaltação dos explorados, tornados heróis, e na denúncia das duras realidades laborais da região. Dele se destacam, desde logo, dois escritores de contos e romances, que haveriam de se revelar figuras de proa do movimento: Alves Redol, o autor de “Gaibéus” em Vila Franca; e Soeiro Pereira Gomes, que escreveu “Esteiros”, a obra-prima do movimento, em Alhandra. Dedicado “aos filhos dos homens que nunca foram meninos”, o romance “Esteiros” retrata o quotidiano de miséria, e a exploração do trabalho infantil, durante o Estado Novo, numa localidade ribatejana da beira-rio, propositadamente não identificada para poder servir de exemplo. A narrativa gira à volta de um bando de miúdos de pé-descaço, que sobrevive a trabalhar nos esteiros do Tejo. Ali, entre lodo e lama, colhe matéria-prima para as fábricas de tijolo. O escritor trabalhava como funcionário administrativo na Fábrica de Cimentos Tejo, em Alhandra, e contou o que viu e escutou. O autoritarismo do Estado Novo cresce, assim, ao mesmo tempo

que cresce a resistência ao regime e a consciência política das populações. A pretexto de passear no Tejo, os neorrealistas reuniam-se, em convívio e conspiração, a bordo das embarcações de pesca, a mais famosa das quais foi o barco “Liberdade”. A iniciativa partia habitualmente de Alves Redol, Octávio Pato ou Dias Lourenço, todos nascidos em Vila Franca de Xira e todos membros clandestinos do Partido Comunista, fundado em 1921, que convidavam para os supostos passeios outros escritores e intelectuais, como Bento de Jesus Caraça, Manuel da Fonseca, Arquimedes da Silva Santos, Fernando Piteira Santos, Fernando Lopes-Grça, José Cardoso Pires. O líder comunista, Álvaro Cunhal, chegou, ele próprio, a marcar presença.



Redol e os neorrealistas num dos famosos passeios no Tejo



Soeiro Pereira Gomes



Alves Redol

# A GREVE DE 1944 EM ALHANDRA

A II Guerra Mundial, que eclodiu em 1939, instala um novo período negro na vida do concelho, com os preços a aumentarem e os alimentos a faltarem nas lojas. Na mercearia de Marciano Mendonça, em Vila Franca de Xira, as pessoas faziam fila, com senhas de racionamento na mão, a ver se conseguiam alguma coisa. O descontentamento é aproveitado pelo aparelho clandestino do Partido Comunista, fundado em 1921, que ensaia um levantamento popular, direcionado para o facto de os alimentos estarem a faltar e os preços a subir por Salazar estar a enviar os produtos de consumo para a Alemanha hitleriana. A Praça 8 de Maio de 1944, junto à Estação Ferroviária de Alhandra, immortaliza esse acontecimento, iniciado com uma greve, que fica na História do Movimento Operário em Portugal como um momento alto da luta contra a ditadura do Estado Novo. A paralisação começa na Fábrica de Cimento Tejo, às 13 horas. A maioria dos grevistas marcha sobre a fábrica de Penteação de Lãs, cujo pessoal é mandado embora pelo diretor, em pânico. E um outro grupo de grevistas dirige-se à Sociedade Têxtil do Sul e às Fábricas de Pimentação e Descasque de Arroz, chamando os que aí trabalham a aderir. A marcha, que chega a juntar per-

to de duas mil pessoas, atravessa a vila, onde já se encontrava a GNR, mas a guarda limita-se a seguir o cortejo. As mulheres empunham bandeiras negras e um cartaz a clamar «Queremos pão e géneros». Já perto de Vila Franca, os operários são travados por um grupo de marinheiros da Escola de Mecânicos, que disparam para o ar, obrigando a GNR a intervir. A fuga desordenada que se segue termina com a detenção de 300 trabalhadores na Praça de Toiros. Na Póvoa de Santa Iria, a greve começa na Covina. O pessoal sai em massa da fábrica depois de ter apresentado reclamações ao patrão. Na Soda-Póvoa, o diretor, que se opõe ao movimento, é agredido com um objeto na cabe-



# A GREVE DE 1944 EM ALHANDRA

ça. O sino toca a rebate e a marcha segue até à Povoia de Santa Iria. Novas bandeiras negras surgem nas janelas de algumas casas. Em A-dos-Loucos, a greve é desencadeada pelos camponeses. Depois de o sino tocar a rebate em São João dos Montes, a marcha dá a volta por Linhou e A-dos-Bispos, apelando aos camponeses para aderir, mas ao chegar a Rondulha é travada pela GNR, que prende a vanguarda da marcha. A greve de 8 e 9 de Maio em Alhandra não é uma ação isolada. Os trabalhadores rurais já tinham parado no Vale de Santarém, em Fevereiro, e o mesmo voltaria a acontecer em Junho, nas ceifas do Alentejo, com o mesmo protesto. Os promotores da paralisação de Alhandra conseguem mesmo organizar alguns comícios, mas a insurreição fracassa. No fim, muitos dos que se manifestaram foram presos pela policia política

e despedidos dos seus empregos. Soeiro Pereira Gomes, membro clandestino do Partido Comunista, desempenhou um papel importante na organização da greve de Alhandra, integrando o denominado Comité Regional da Greve do Baixo-Ribatejo e participando na organização de uma Marcha da Fome em Alhandra. Detectado pela PVDE, a policia política, que se prepara para o prender, na tarde de 14 de Maio de 1944 passa à clandestinidade.



Soeiro Pereira Gomes

# O ESCONDERIJO SECRETO DE SALAZAR

Salazar manteve um esconderijo secreto no Palácio do Sobralinho, em Vila Franca de Xira, ao longo da primeira metade da Década de 50. O majestoso edifício, construído na segunda metade do século XVII, no interior de uma grande quinta, era propriedade do banqueiro Ricardo Espírito Santo Silva, que acedeu de imediato ao capricho do ditador. A ideia terá partido de Franco Nogueira, delfim e homem de inteira confiança de Salazar, residente em Vila Franca de Xira, sua terra natal e frequentador assíduo do famoso Café Chave d'Ouro, da Rua Cândido dos Reis. Ele conhecia bem o Palácio, que chegou a pertencer a outro homem



Franco Nogueira



Salazar



# O ESCONDERIJO SECRETO DE SALAZAR

forte do regime, o embaixador Armindo Monteiro, representante de Portugal em Londres durante a II Guerra Mundial. Um e outro viriam a ser, curiosamente, escolhidos por Salazar, em épocas diferentes, para ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros. A criação do esconderijo, na zona da Biblioteca do Palácio, com acesso dissimulado por uma estante de livros que rodava sobre si mesma, terá sido acertada com o banqueiro por Franco Nogueira. A entrada fazia-se pelo lado direito da lareira, através de uma escada de caracol. Transposta a porta, abria-se um espaço de 15 metros quadrados, com casa de banho privativa. As paredes estavam decoradas com papel de parede colorido e havia uma garrafeira, certamente destinada aos visitantes, já que o ditador era espartano nos hábitos. Uma carpete espessa, que abafava o ruído dos passos, cobria o chão, como convinha a um local que se deseja a um tempo secreto e discreto. A única janela existente dava para o telhado do palácio. A hipótese mais credível é que tenha servido para descansar e para um ou ou-

tro encontro político sigiloso. Nas noites em que Salazar se refugiava no palácio, as luzes de vila sofriam apagões momentâneos, certamente controlado pelo major que preside à Câmara de Vila Franca de Xira, Alfredo da Cunha Nery, um veterano da I Guerra Mundial. O militar era um homem de confiança do regime e sabia que a zona estava minada de opositores. O major-presidente funcionava, de resto, como informador da polícia política, denunciava com regularidade a distribuição de propaganda comunista ou de reuniões suspeitas que conduziam a detenções de activistas clandestinos.



# ANOS 60: TRAGÉDIA E CONTESTAÇÃO



O aumento da atividade industrial, que irá mudar a face do concelho de Vila Franca de Xira, vai impondo melhorias nas comunicações. Em 1951 é construída a Ponte Marechal Carmona, sobre o Tejo, e dez anos depois é inaugurado o primeiro troço da Auto-Estrada do Norte. No ano seguinte surge em Alverca, a partir de oficinas de manutenção de uma empresa de construção civil, a Mague, fabricante de equipamentos de elevação e de produção de energia, que depressa se torna a mais importante empresa metalomecânica do país. Em Novembro de 1967, a tragédia enluta o concelho de Vila Franca de Xira. As chuvas torrenciais que se abatem sobre a Área Metropolitana de Lisboa, são aqui particularmente abundantes, provocando muitas dezenas (talvez mesmo centenas) de mortos. O balanço das vítimas nunca che-

gou a ser divulgado, por imposição do regime e ação da censura à Imprensa, mas quando a contagem parou o número de mortos era já de mais de 400, para o universo da área atingida. A Guerra Colonial, que rouba as vidas de nove jovens vilafranquenses, vai transformando o descontentamento em indignação e revolta. A rejeição ao regime atinge momentos altos em Vila Franca de Xira, em termos emblemáticos, em 1969, primeiro com o funeral de Alves Redol, que junta milhares de pessoas, e depois com as eleições legislativas autorizadas por Marcelo Caetano, a que se candidatam pela Oposição duas forças políticas: a Comissão Democrática Eleitoral (CDE), dominada pelo PCP, na clandestinidade; e a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), formada pela Acção Socialista Portuguesa, antecessora do PS.

# ÁLVARO GUERRA E A SENHA DO 25 DE ABRIL



Comemorações do 1.º de Maio de 1974 em Vila Franca de Xira

O escritor vila-franquense Álvaro Guerra foi o elemento de ligação entre os capitães do Movimento das Forças Armadas e os locutores da Rádio Renascença que emitiram, na madrugada de 25 de Abril de 1974, a senha que desencadeou a operação militar que levou ao derrube da ditadura do Estado Novo. Aliciado por Melo Antunes, autor do Documento do MFA, para atuar nesse sentido, o escritor, então redator do jornal República, tornou-se um dos detentores

do segredo mais bem guardado da História recente de Portugal. A circunstância de Álvaro Guerra ter feito a Guerra Colonial na Guiné, antes de se exilar em Paris, e o facto de ser oposicionista,



# ÁLVARO GUERRA E A SENHA DO 25 DE ABRIL

com ligações ao Partido Socialista, fundado em Abril de 1973, faziam dele o homem certo. A ideia inicial dos capitães era usar como senha a canção “Venham Mais Cinco”, de José Afonso, mas o facto de ela estar proibida pela censura interna da Renascença obrigou a uma alteração. A escolha recaiu sobre “Grândola, Vila Morena”, também de Zeca Afonso. Às 00 e 20 da madrugada de 25 de Abril, a estação emite o sinal, no Programa Limite, e os capitães rebeldes chamaram as tropas à parada, dão ordens e formam colunas. Às três em ponto, os soldados iniciaram a mar-

cha. Uma hora depois, cumprindo o Plano de Operações, uma Companhia de Caçadores chega a Vila Franca de Xira, para dominar a Ponte Marechal Carmona. A Revolução está em marcha. O 25 de Abril coincide com uma fase de grande crescimento urbano do concelho. Essa explosão demográfica é mais acentuada nas freguesias ribeirinhas e salpicada por construções clandestinas, que a Câmara acaba por ordenar com sucesso. E finalmente, a 28 de Junho de 1984, Vila Franca de Xira é elevada a categoria de cidade, abrindo uma nova página do seu desenvolvimento e progresso.



# BIBLIOGRAFIA

AAVV (2007), Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo – Etapa 1-Descrição, Volume III, Lisboa, Hidroprojecto, Engenharia e Gestão SA / Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

AAVV (2008), 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Vila Franca de Xira, Análise e Diagnóstico, Caderno IV – História e Património, Volume I, Carcavelos, Ed. Plural, Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, 2004; revisto em 2008.

ALARCÃO, Jorge (1988), O Domínio Romano em Portugal, Mem Martins, Publicações Europa-América.

ALARCÃO, Jorge (1974), Portugal Romano, Lisboa, Editorial Verbo.

AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva (1856), Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Inscrição dos Vindouros, Vila Franca de Xira, Coleção Património Local, 2 vols, edições do Museu Municipal - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1997.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2002), “A Política Matrimonial da Dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha”, Revista Portuguesa de História, T. XXXVI, Vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra.

CRISTO, Alexandre Homem (2011), O Conceito de ‘República’ na Historiografia da I República portuguesa (1910-1926) desde 1974, Lisboa [Dissertação de Mestrado em Política Comparada – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa].

DUMÉZIL, Georges (1968-1973), Mythes et Épopées, 3 vols., Paris, Gallimard

HENRIQUES, J.C. Guilherme (1997), Subsídios para a História do Concelho de Vila Franca de Xira, Introdução e notas de Garcez da Silva, Vila Franca de Xira, edição da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira - Museu Municipal.

LEMOS, Maximiano (1991). História da Medicina em Portugal, Lisboa, Dom Quixote / Ordem dos Médicos.

MACEDO, Lino (1992), Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, edição da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira - Museu Municipal.

MANIQUE, António Pedro (1986), “As Eleições Administrativas de 1919 no Concelho de Vila Franca de Xira: Contribuição para o Estudo dos Fenómenos Eleitorais Concelhios durante a Primeira República”(letra normal), separata do Boletim Cultural, nº2, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

# BIBLIOGRAFIA

MATOS, José Luís de (1966), Subsídios para um Catálogo da Escultura Luso-Romana, [Dissertação de Licenciatura - Faculdade de Letras de Lisboa].

MATTOSO, José (1992), Portugal Medieval. Novas interpretações, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MEDINA, João (1995) - História de Portugal, Lisboa, Clube Internacional do Livro.

MONTALVOR, Luís de, dir. (1930), História do Regime Republicano em Portugal. Lisboa, Editorial Ática.

PIRES, António Machado (1975), O Século XIX em Portugal. Cronologia e Quadro de Gerações, Lisboa, Livraria Bertrand.

QUIRÓS, Manuel (s/d), Elementos da História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal. Escritos da clandestinidade. (Documento em papel vegetal).

RAIMUNDO, Orlando (2003), A Última Dama do Estado Novo, Lisboa, Temas e Debates, 2.ª ed., 2004.

RAIMUNDO, Orlando (2010), As Linhas Defensivas de Torres Vedras, Coleção Vila Franca de Xira – “Saber Mais Sobre...”, nº2, Vila Franca de Xira, edição Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

RAIMUNDO, Orlando (2011), Património de Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria, Vialonga, Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira, Alhandra, Cachoeiras, São João dos Montes, Sobralinho, Alverca do Ribatejo e Calhandriz, Coleção Vila Franca de Xira – “Saber Mais Sobre...”, 4 volumes, edição da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

RIBEIRO, José Cardim (2002), Religiões da Lusitânia - Loquuntur Saxa, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.

RODRIGUES, António Simões, coord. (1997), História de Portugal em Datas, Lisboa, Temas e Debates, 3.ª ed., 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1993), Itinerários de El-Rei D. João II: 1481-1495, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

SERRÃO, Joel (1971), Cronologia Geral da História de Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, 4.ª ed., 1980.

SILVA, A. Vieira (1939), A Cêrca Moura de Lisboa, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 2.ª edição.

SILVA, A. Vieira da (1944), Epigrama de Olisipo, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

# BIBLIOGRAFIA

VENTURA, António (1999), *A Carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência.

ZBYSZEWSKI, Georges et al, (1981) "As Jóias Auríferas da Gruta Pré-Histórica da Verdelha dos Ruivos (Vialonga - Portugal)", Salamanca,

ZEPHYRUS: Revista de prehistoria y arqueologia da Universidad de Salamanca.

## DICIONÁRIOS, GUIAS E ENCICLOPÉDIAS

HOUAISS, António; VILLAR, Mauro (2001), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 18 volumes, Lisboa, Temas e Debates, 2005.

MACHADO, José Pedro (1967). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa, Confluência.

MATTOSO, José, dir. (1993), *História de Portugal*, 6 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

PROENÇA, Raúl (1924), *Guia de Portugal*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª Impressão, 1991.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. (1986), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores.

SERRÃO, Joel dir. (1989), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas.

## PERIÓDICOS

GUSMÃO, Manuel (2009), "Soeiro Pereira Gomes - Um militante que era escritor", *O Militante*, N.º 300, Mai/Jun.

## DOCUMENTOS ON-LINE

FONTES, Carlos (s/d), *Cristovão Colombo, português?*, <http://lusotopia.no.sapo.pt>

Site Cidade de Alverca  
<http://www.cidadedealverca.com>

Site Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico  
<http://www.igespar.pt>

Site Jornal O Mirante  
<http://www.omirante.pt>

Site Museu Nacional de Arqueologia  
<http://www.mnarqueologia-ipmuseus.pt>

Site Rotas Turísticas  
<http://www.rotasturisticas.com>

Site União Ibérica  
<http://uniaoibericacdr.blogspot.com>

# CONTACTOS

## **POSTO DE TURISMO**

Vila Franca de Xira  
263 285 605  
turismo@cm-vfxira.pt

## **MUSEU MUNICIPAL - NÚCLEOS**

### **Sede**

Vila Franca de Xira  
263 280 350  
sede@museumunicipalvfxira.org

### **Núcleo Museológico**

Alverca  
21 957 03 05

### **Arte Sacra**

Vila Franca de Xira  
263 285 620 / 263 288 337

### **Barco Varino**

Vila Franca de Xira  
263 280 350 | 263 280 460  
turismo@cm-vfxira.pt

### **Museu Neo-realismo**

Vila Franca de Xira  
263 285 626  
neorealismo@cm-vfxira.pt

## **JUNTAS DE FREGUESIA**

### **Alhandra**

21 951 90 50  
geral@alhandra.net

### **Alverca do Ribatejo**

21 958 76 80  
geral@jf-alverca.pt

### **Cachoeiras**

263 272 590  
jfcachoeiras@mail.telepac.pt

### **Calhandriz**

21 958 81 30  
jf\_calhandriz@iol.pt

### **Castanheira do Ribatejo**

263 299 747  
jf.castanheira@mail.telepac.pt

### **Forte da Casa**

21 953 31 00  
jf.fortedacasa@gmail.com

### **Póvoa de Santa Iria**

21 953 96 90  
geral@jf-povoasantairia.pt

### **S. João dos Montes**

21 950 07 01  
j.f.s.joao.montes@net.novis.pt

### **Sobralinho**

21 950 05 41  
secretaria@jf-sobralinho.pt

### **Vialonga**

21 952 09 67  
geral@jf-vialonga.pt

### **Vila Franca de Xira**

263 200 770  
freguesia@jf-vfxira.pt